

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES EXERCÍCIO 2014



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

EXERCÍCIO 2014

VIÇOSA – MINAS GERAIS

MARÇO/2015

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

O Relatório Anual de Informações (RAI) 2014 apresenta um conjunto detalhado de atividades desenvolvidas pelo Agros e seus resultados no ano. Uma novidade nesta edição é o “Perfil do Participante”, que traz alguns dados sobre o grupo que compõe os planos previdenciários e assistenciais do Instituto.

É pensando na qualidade de vida de todos estes participantes que o Agros desempenha suas funções com responsabilidade e dedicação. Por isso temos a satisfação de comunicar que, mais uma vez, obtivemos o nível mais alto de pontuação no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), que avalia o desempenho dos serviços prestados pelas operadoras de saúde. Na escala de 0 a 1, o Instituto conquistou pontuação de 0,8351 no IDSS 2014, ano base 2013, e pelo terceiro ano consecutivo está entre o grupo de operadoras com melhor classificação. Um dos principais fatores que contribuíram para esta pontuação é o item “satisfação dos beneficiários”, que representa os resultados do índice de reclamações, da proporção de beneficiários com desistência no primeiro ano de contrato e mede a gravidade das infrações à legislação cometidas pela operadora.

Uma notícia como esta é motivo de comemoração, e em 2015 temos ainda mais razões para comemorar. No dia 8 de maio o Agros completa 35 anos de sua fundação, fiel à missão de “promover segurança e bem-estar social dos participantes, por meio dos planos previdenciário e assistencial”. Agradecemos a confiança ao longo de todos esses anos e reafirmamos o compromisso de dar continuidade à gestão responsável dos recursos, o que garantirá a longevidade do Instituto.

A versão completa do RAI encontra-se na página do Agros na internet. De acordo com a Instrução Normativa nº 13 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 13 de novembro de 2014, o envio do RAI impresso aos participantes não é mais obrigatório. Aqueles que desejarem a versão impressa devem solicitá-la presencialmente, na Gerência de Relacionamento do Agros, ou pelo e-mail contatos@agros.org.br.

Esperamos que façam uma boa leitura. Estamos sempre à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Diretoria Executiva

SUMÁRIO

Principais Atividades	3
Perfil dos Participantes Agros	4
Gestão dos Planos	7
Planos Previdenciários	7
Planos Assistenciais	12
Despesas Administrativas com Pessoal e Terceiros	15
Resumo da Política de Investimentos	16
Demonstrativo dos Investimentos	17
Desempenho Financeiro	20
Demonstrações Contábeis	21
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	27
Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	41
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	44
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	52
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	54
Parecer Atuarial do Plano Instituidor Agros CD-01	56
Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	58
Parecer do Conselho Fiscal	62
Resolução do Conselho Deliberativo	63

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Com setenta e nove funcionários, sessenta e oito em Viçosa, dois em Belo Horizonte e nove em Florestal, o Agros administra três planos de previdência complementar, nove planos de saúde e uma carteira de empréstimos com mais de três mil contratos ativos. Do total de funcionários, 62,03% são do sexo feminino e 37,97% são do sexo masculino; 55,7% têm pós-graduação, 34,2% têm graduação, 2,5% possuem graduação incompleta e 7,6% têm formação até o ensino médio.

Para atender à demanda de transporte e locomoção, o Agros possui três veículos de passeio (um Vectra, um Corola e um Corsa Classic), uma ambulância e uma motocicleta Honda CG para serviços locais.

Além do cumprimento de todas as exigências legais, o Agros vem trabalhando no aprimoramento dos serviços e das informações para os órgãos reguladores, fiscalizadores e para os participantes. Dentre as inúmeras ações desenvolvidas em 2014, merecem destaque:

- Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
- Realização de encontro mensal com os participantes, para esclarecimentos gerais sobre o funcionamento do Instituto;
- Expressiva divulgação do Plano de Contribuição Definida Agros CD-01;
- Criação do informativo Expresso Agros;
- Disponibilização do serviço de Ouvidoria;
- Realização de treinamentos institucionais voltados a conselheiros, diretores e funcionários;
- Incentivo à realização de ações do Programa de Responsabilidade Socioambiental;
- Campanha de Aniversário - isenção da coparticipação em uma consulta médica e em alguns exames no mês de aniversário para beneficiários do Plano de Saúde de 40 anos ou mais;
- VIII Campanha Agros de Vacinação Contra a Gripe;
- Campanha Agros de Saúde Bucal;
- Comemoração dos 20 anos do Plano de Saúde - palestras com foco na qualidade de vida;
- Outubro Rosa – Campanha Agros pela Prevenção do Câncer de Mama, em parceria com a UFV;
- Novembro Azul - Campanha Agros pela Saúde do Homem, em parceria com a UFV;
- Campanha de Combate ao Sedentarismo;
- I Campanha de Promoção da Saúde na Semana do Produtor Rural de Florestal;
- Estruturação do Programa de Assistência Domiciliar;
- Implantação da nova estrutura organizacional;
- Revisão de diversas rotinas legais e trabalhistas;
- Elaboração do Calendário Institucional 2015, enviado aos participantes.

PERFIL DOS PARTICIPANTES AGROS

Os participantes do Agros estão divididos em três planos previdenciários e nove planos assistenciais.

Fazem parte do Plano Previdenciário A trabalhadores vinculados a um dos patrocinadores do Instituto (UFV e Agros) com contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de funcionários das ex-patrocinadoras Funarbe e Centreinar. Atualmente somam 84 participantes ativos, o que representa 2% do total.

No Plano Previdenciário B estão os servidores vinculados à patrocinadora UFV inscritos até 2007 cujos contratos de trabalho são regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Do total 71% dos participantes ativos (3.830) fazem parte do Plano B.

O Plano Previdenciário Agros CD-01 é constituído de 1.480 pessoas, vinculadas a um dos instituidores do plano, quais sejam, UFVCredi, Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec) e Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG). Hoje representam 27% dos participantes.

Os planos assistenciais ofertados pelo Agros são o PAS-UFV e os Agros Saúde I, II, III e IV com e sem Odontologia. O PAS-UFV não recebe mais inscrições, por isso encontra-se fechado. Os Planos Agros Saúde I são de segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com ou sem odontologia e acomodação individual. Os Planos Agros Saúde II são de segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com ou sem odontologia e acomodação coletiva.

Os Planos Agros Saúde III ofertam os mesmos benefícios que os Planos Agros Saúde I, porém, são destinados especificamente aos participantes lotados e residentes em Brasília, Capinópolis e Rio Paranaíba. Os Planos Agros Saúde IV atendem a este mesmo público e são equivalentes aos Agros Saúde II. A aprovação desses planos junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ao Conselho Deliberativo do Agros ocorreu em 2014.

Também em 2014, os Planos de Saúde do Agros contavam com 5.166 participantes titulares. Considerando que lhes é permitida a inscrição de seus grupos familiares, os planos assistenciais eram responsáveis por 16.611 vidas, somando titulares e seus dependentes diretos e agregados.

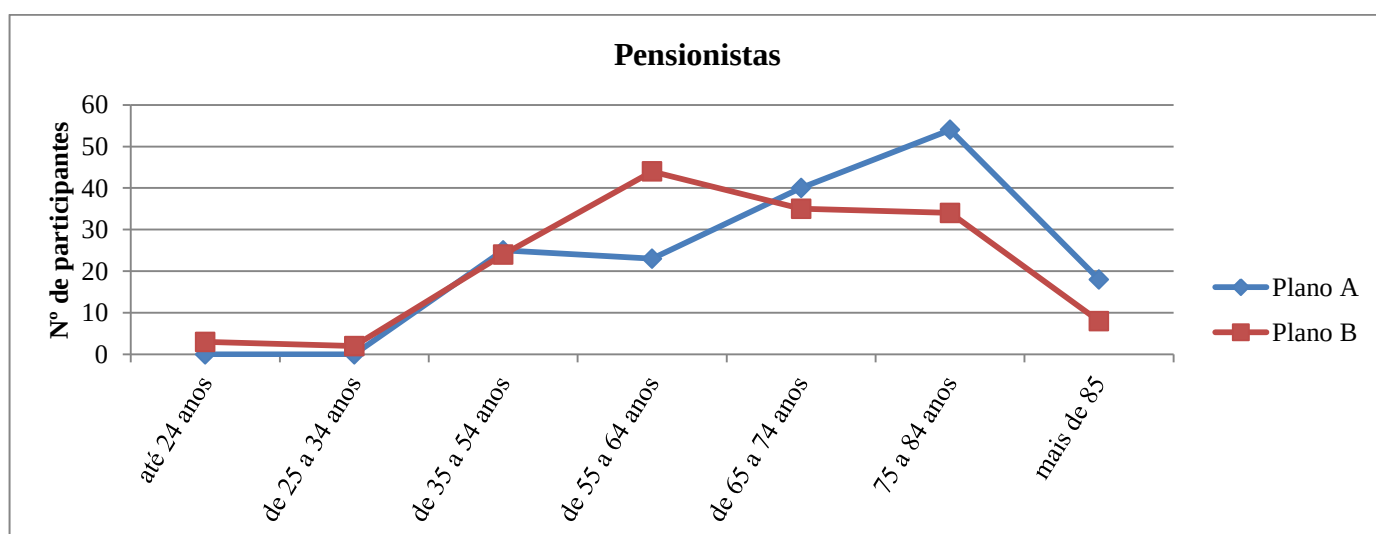
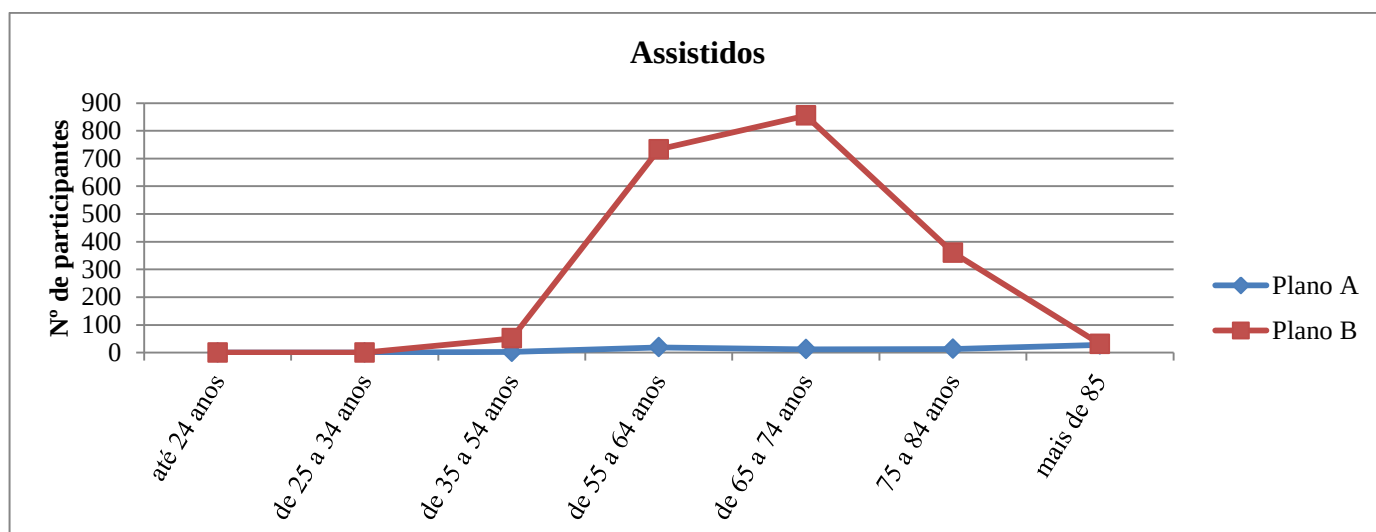
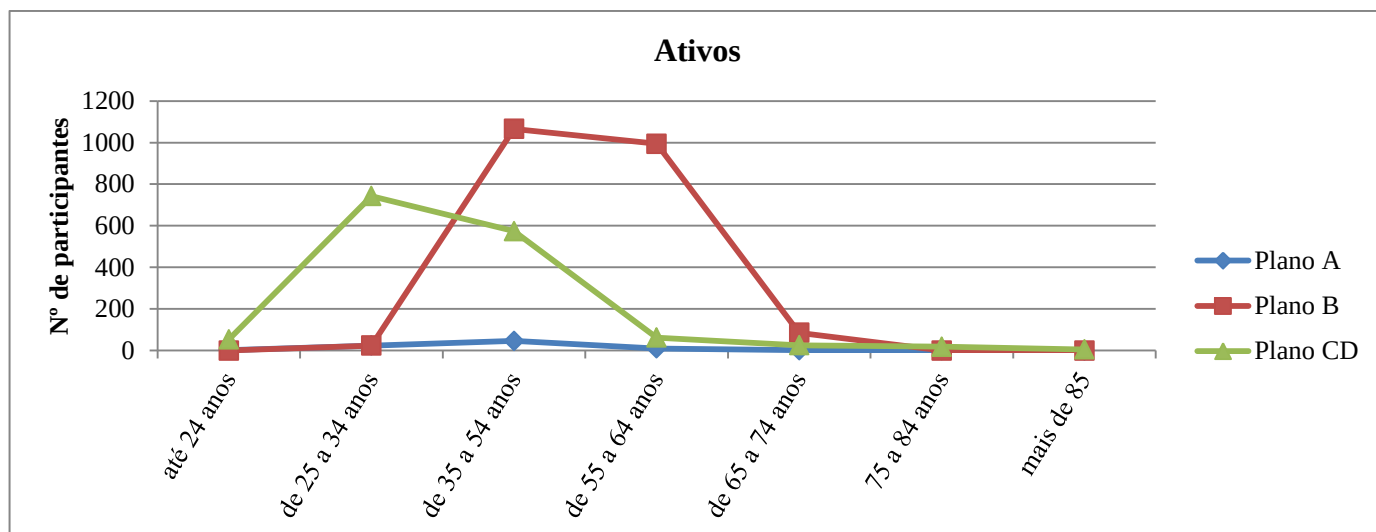
A maior parte dos beneficiários dos planos assistenciais está inscrita no Agros Saúde I (88,56%), seguido do Agros Saúde I sem Odontologia (10,97%), Agros Saúde II (0,26%), PAS-UFV (0,14%) e Agros Saúde II sem Odontologia (0,06%). Em 2014 os Planos Agros Saúde III e IV ainda não contemplavam participantes, uma vez que a migração destes para os referidos planos foi realizada em janeiro/2015.

Quanto à localização geográfica, 8,96% dos beneficiários dos planos de saúde encontram-se em Florestal e Rio Paranaíba, 1,40% em Belo Horizonte, 9,78% em outras cidades e a maior parte encontra-se em Viçosa, 79,86%.

Com relação ao perfil etário, 25% dos beneficiários dos planos de saúde possuem 59 anos ou mais. Entre 44 e 58 anos, são 21%; entre 29 e 43 anos, 17% e os 37% restantes possuem entre 0 e 28 anos.

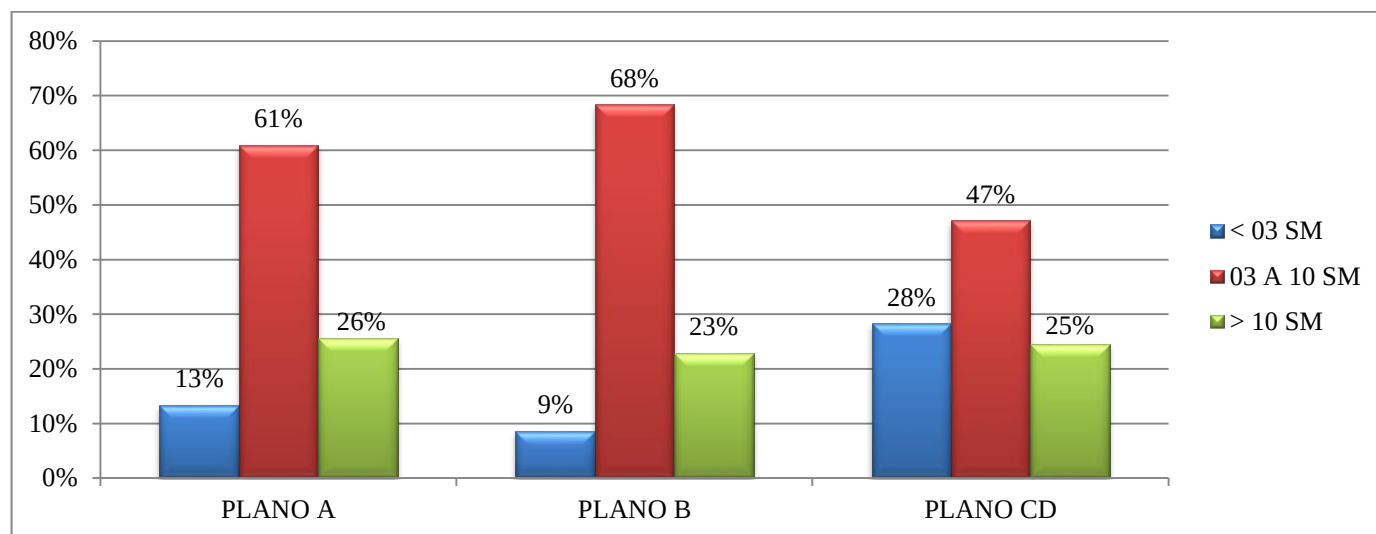
Os gráficos que seguem trazem dados sobre o perfil dos participantes dos planos previdenciários.

Número de Participantes dos Planos Previdenciários por Faixa Etária



Nos gráficos “Assistidos” e “Pensionistas” não há dados sobre o Plano Agros CD-01 por este não oferecer benefícios de Aposentadoria e Pensão por Morte.

Participantes Ativos dos Planos Previdenciários por Faixa Salarial



O gráfico aponta que o percentual de participantes dos três planos que recebem acima de 10 salários mínimos é semelhante. Já o percentual de participantes que ganham menos de 3 salários mínimos é mais significativo no plano Agros CD- 01, enquanto a maior parte dos participantes dos três planos encontra-se na faixa entre 3 e 10 salários mínimos.

GESTÃO DOS PLANOS

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

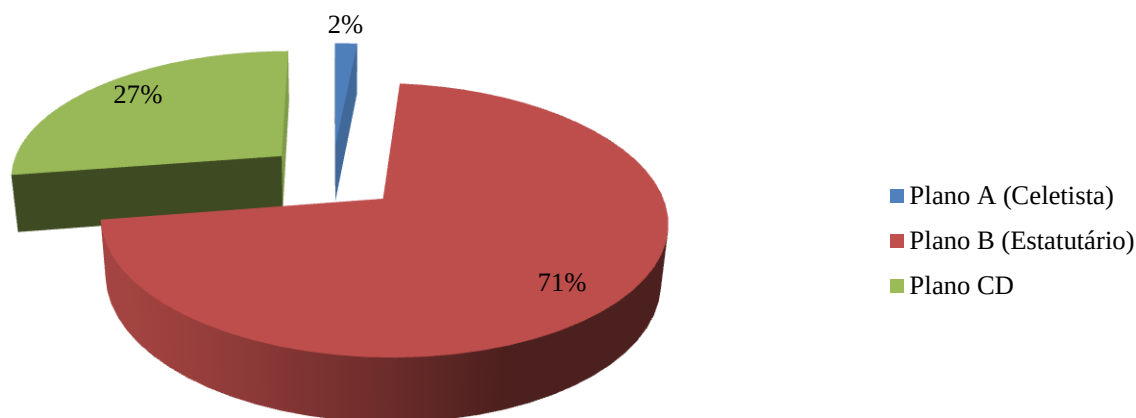
Os quadros apresentados a seguir ajudam a entender a atuação do Agros e os resultados alcançados no exercício de 2014.

Quadro/Figura 1 – Número de Participantes Ativos, por Plano

	2014			2013		
	Plano A	Plano B ¹	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B ²	Plano Agros CD-01 ²
Participantes	84	3.830	1.480	89	3.888	1.258
Total	5.394			5.235		

1. Estão incluídos no Plano B, como ativos, os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefício mensal do Agros.

2. Retificação do número total de participantes dos Planos B e Agros CD-01 informado no RAI 2013.



Com relação ao número de participantes ativos, o Plano A apresentou em 2014 uma pequena redução. O Plano B é o que possui maior número de participantes. Como ele não admite novas inscrições, o número de participantes ativos vem diminuindo a cada ano. O Plano Agros CD-01 apresentou em 2014 um crescimento expressivo no número de participantes em relação ao ano de 2013.

Quadro 2 - Número de Benefícios Previdenciários de Renda Continuada, em Manutenção

Benefícios	2014			2013		
	Plano A	Plano B*	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Tempo de Contribuição	48	2	-	44	2	-
Por Idade	11	130	-	11	135	-
Por Invalidez	9	222	-	9	208	-
Especial	6	-	-	6	-	-
Pensão por Morte	160	150	-	166	146	-
Auxílio Doença	2	-	-	-	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal Beneficiário	-	-	1	-	-	1
Total	236	504	1	236	491	1

*Não estão incluídos no Plano B os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefícios mensais do Agros.

O Quadro 2 indica que o Instituto encerrou o ano de 2014 pagando 741 benefícios de renda continuada por mês, sendo 236 do Plano A, 504 do Plano B e 1 do Plano Agros CD-01. Esse número sofre variações de mês a mês, dependendo de novas concessões e de término de benefícios. As novas concessões e o término de outras proporcionaram uma pequena variação entre 2013 e 2014.

Quadro 3 - Número de Benefícios de Pagamento Único e Resgates

Benefícios	2014			2013		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pecúlio por Morte	1	46	-	7	40	-
Auxílio Natalidade	2	15	-	1	18	-
Auxílio Funeral	-	12	-	3	14	-
Reserva de Poupança	1	3	33	-	3	34
Total	4	76	33	11	75	34

Os benefícios de pagamento único, ao contrário dos benefícios de renda continuada, não ocorrem todos os meses, e sim diante de situações eventuais. O quadro acima apresenta a manutenção no número de benefícios “Pecúlio por Morte” e uma pequena diminuição na quantidade de benefício “Auxílio Natalidade”. O benefício “Auxílio Funeral” apresentou uma redução significativa em 2014. A quantidade de resgates “Reserva de Poupança” se manteve inalterada.

Quadro 4 - Adições Previdenciárias por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

Adições/Receitas						
	2014			2013		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Contribuições	130	712	1.831	-	549	1.394
Investimentos	7.172	35.322	537	7.009	26.333	251
Total Geral	45.704			35.536		

Quadro 5 - Deduções Previdenciárias por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

Despesas/Destações						
	2014			2013		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pagamento de Benefícios	5.782	7.611	130	5.479	6.891	132
Cobertura das Despesas Administrativas	1.341	4.121	18	2.681	8.595	14
Total	19.003			23.792		

Quadro 6 - Despesas Previdenciárias, por Tipo de Benefício (Valores em mil - R\$)

Benefícios	2014			2013		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
De Pagamento Continuado						
Tempo de Contribuição	1.918	-	-	1.429	3	-
Por Idade	340	1.223	-	324	1.175	-
Especial	237	-	-	257	-	-
Abono de Aposentadoria	-	4	-	-	-	-
Por Invalidez	102	1.897	-	112	1.727	-
Pensão por Morte	3.065	1.193	-	2.943	1.071	-
Auxílio Doença	54	-	-	8	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Beneficiário	-	-	5	-	-	1
Total	5.716	4.317	5	5.073	3.976	1
De Pagamento Único						
Pecúlio Morte	60	3.197	-	398	2.812	-
Auxílio Natalidade	4	25	-	2	23	-
Auxílio Funeral	-	26	-	6	28	-
Total	64	3.248	-	406	2.863	-
Resgate/Portabilidade						
Resgate Reserva de Poupança	2	44	121	-	46	131
Total	2	44	121	-	46	131
Outras Despesas						
Outras Deduções	-	3	1	-	6	-
Total	-	3	1	-	6	-
Total Geral	5.782	7.612	127	5.479	6.891	132

Figura 2 – Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2014

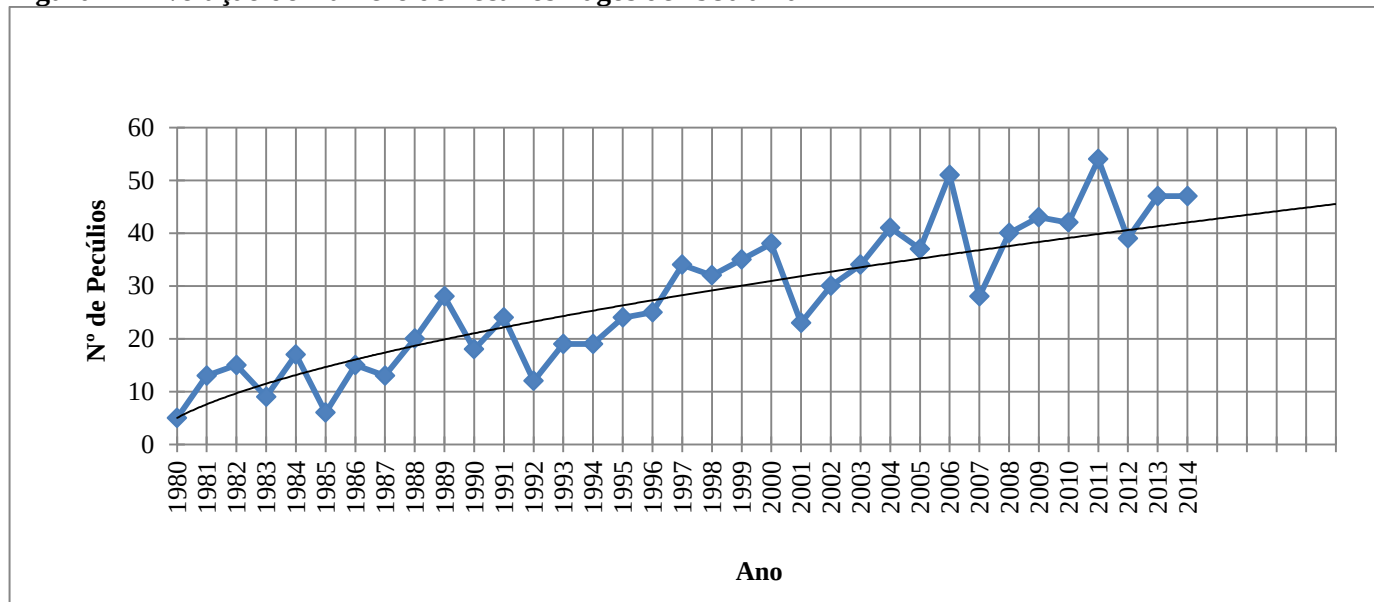
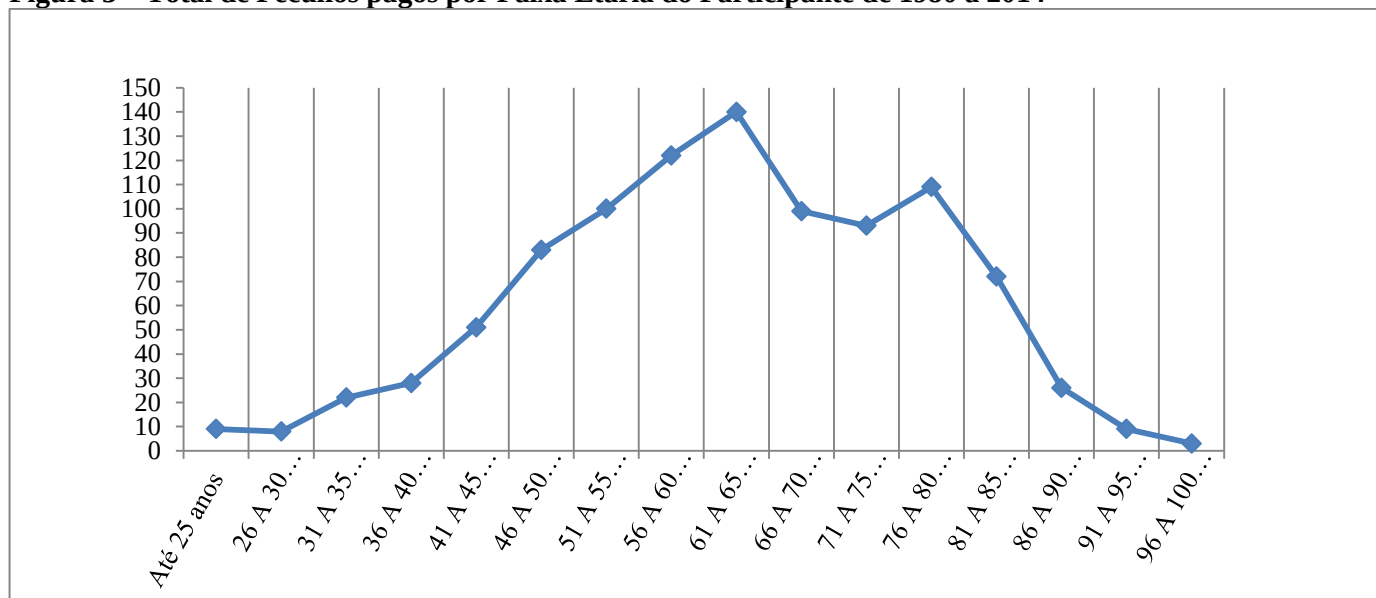


Figura 3 – Total de Pecúlios pagos por Faixa Etária do Participante de 1980 a 2014



No quadro “Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2014” é possível notar a curva ascendente, o que indica envelhecimento do grupo de participantes do Agros e, conseqüentemente, crescimento na concessão deste benefício. Também nota-se que no ano da criação do Instituto foram pagos 5 pecúlios.

O quadro “Total de Pecúlios Pagos por Faixa Etária do Participante de 1980 a 2014” aponta que, desde a fundação do Agros, o maior número de pecúlios foi pago após o falecimento de participantes com idade entre 61 e 65 anos.

PLANO AGROS CD-01

Figura 4 - Evolução do Número de Participantes Ativos de 2008 a 2014

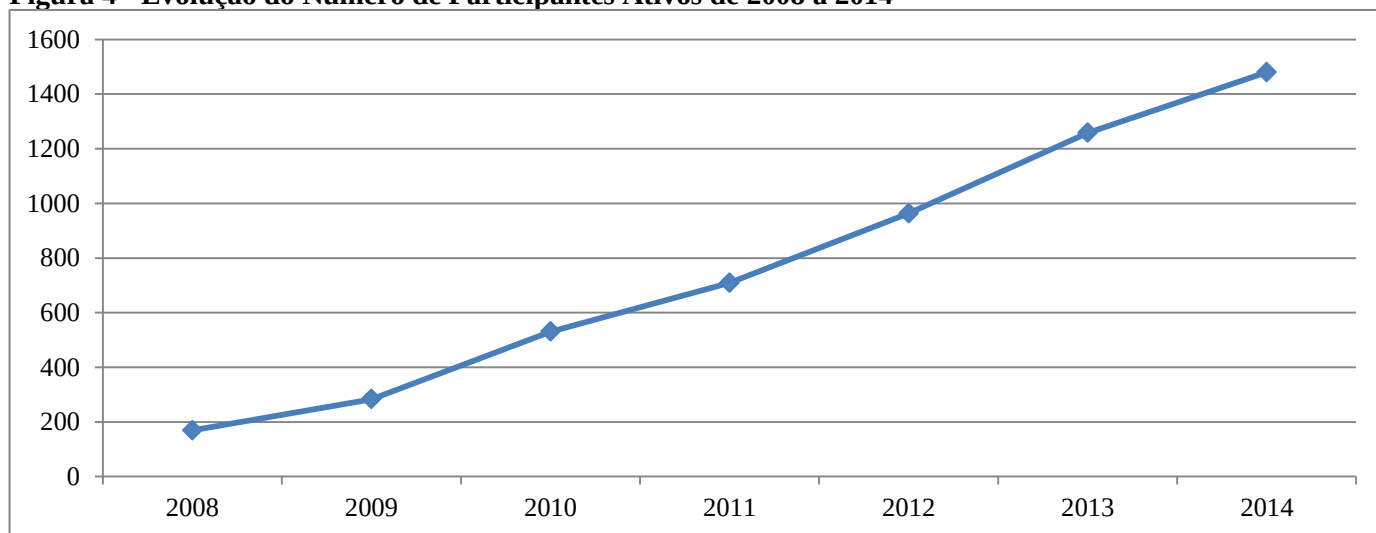


Figura 5 - Valor Anual das Contribuições Eventuais Realizadas de 2009 a 2014 (Valores em R\$)

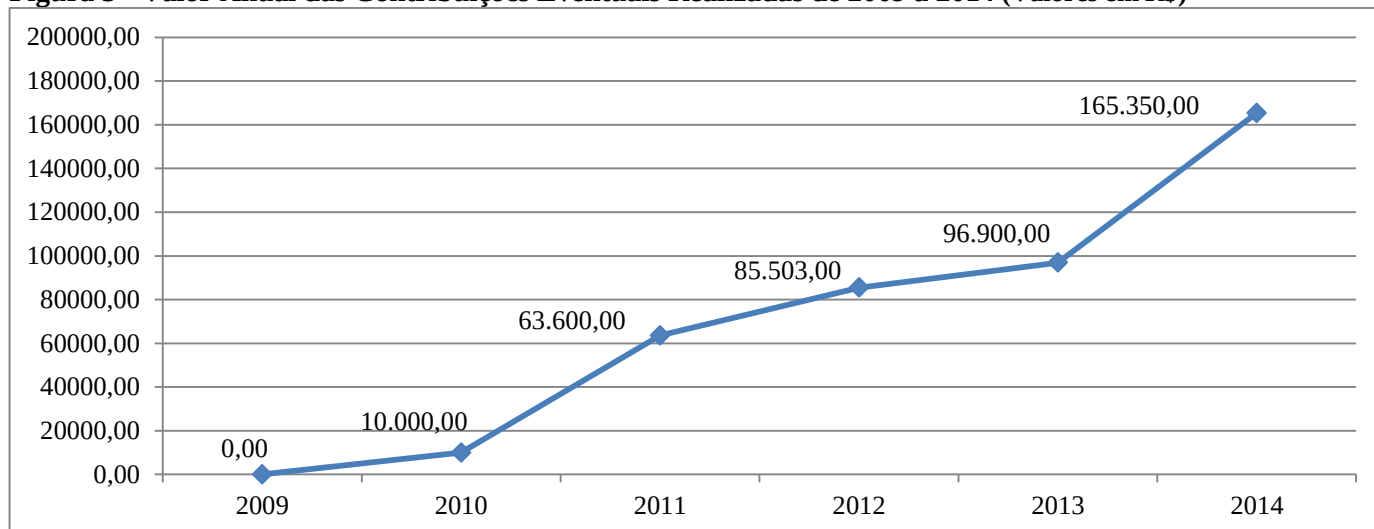


Figura 6 - Valores das Contribuições ao Plano por Número de Participantes (Valores em R\$)

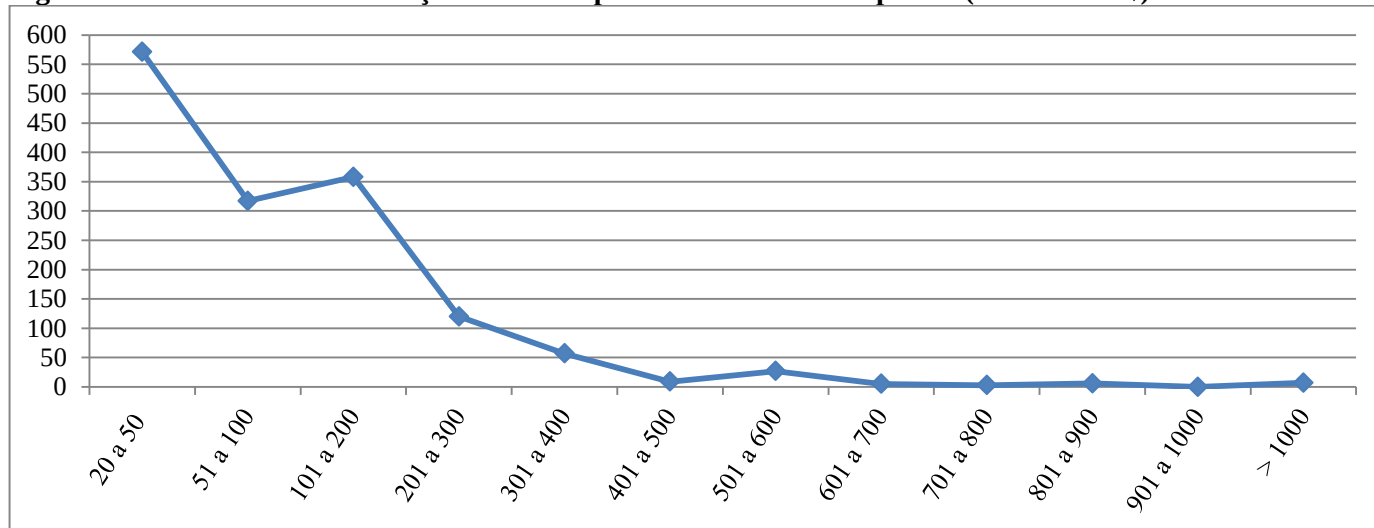


Figura 7 - Evolução do Patrimônio Social do Plano (Valores em R\$)

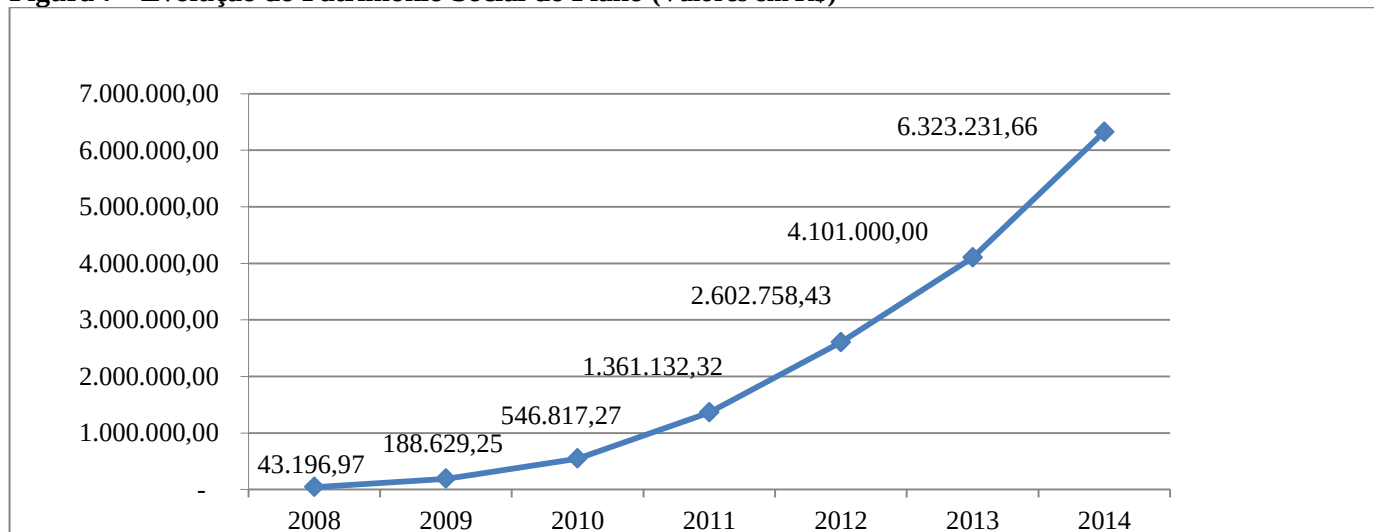
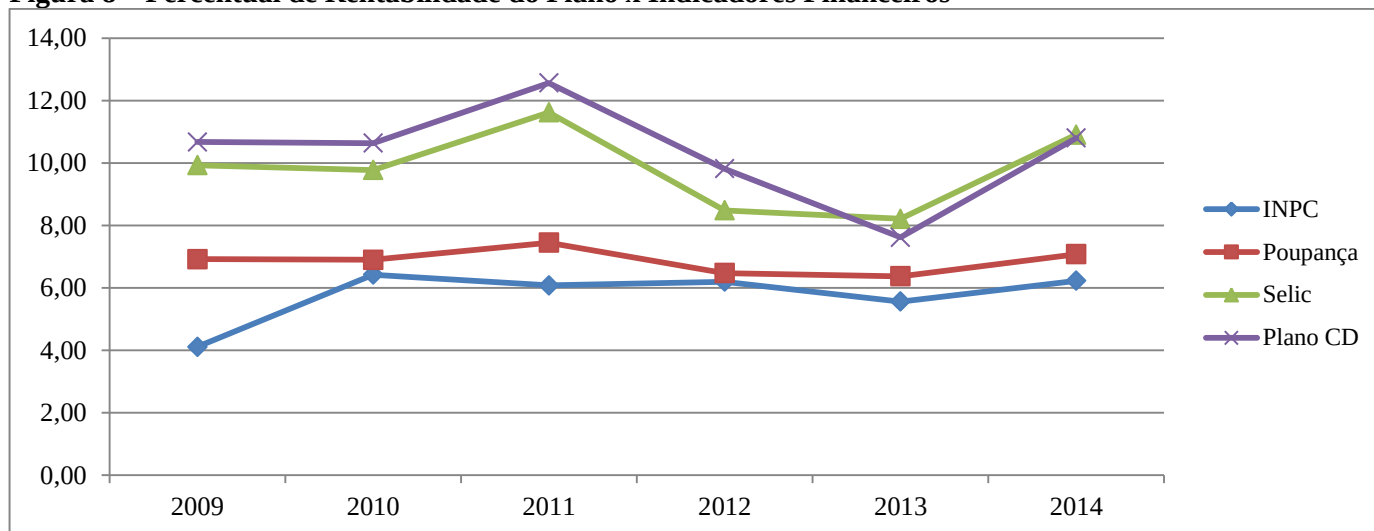


Figura 8 – Percentual de Rentabilidade do Plano x Indicadores Financeiros


A Figura 8 demonstra que desde a criação do Plano Agros CD-01, com exceção do ano de 2013, a rentabilidade deste foi maior que a dos principais indicadores financeiros utilizados no país.

PLANOS ASSISTENCIAIS

Quadro 7 - Número de Participantes e de Dependentes, por Patrocinador

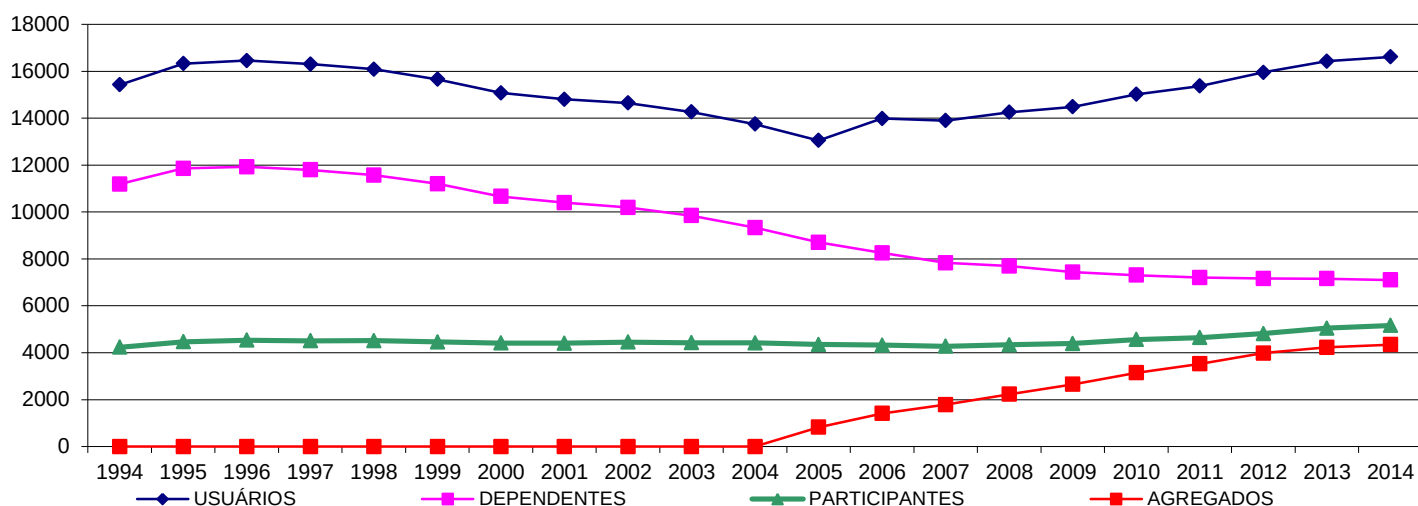
Patrocinador	2014					2013					Variação Anual (%)
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	
UFV	5.061	6.957	4.263	16.281	98,01	4.938	7.012	4.143	16.094	97,96	1,16
Funarbe ¹	3	4	3	10	0,06	3	5	2	10	0,06	-
Agros	97	136	69	302	1,82	98	136	70	304	1,85	-0,66
Centreinar	5	4	9	18	0,11	5	4	13	22	0,13	-18,18
Total	5.166	7.101	4.344	16.611	100,00	5.044	7.157	4.228	16.430	100,00	1,10

1. Funcionários da ex-patrocinadora Funarbe que continuaram vinculados ao Instituto após a rescisão do Contrato de Adesão.

Quadro 8 - Número de Participantes e de Dependentes, por Produto

Planos	2014					2013				
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%
PAS-UFV	7	17	-	24	0,14	7	17	1	25	0,15
Agros Saúde I com Odontologia	4.523	6.283	3.904	14.710	88,56	4.435	6.331	3.794	14.561	88,62
Agros Saúde I sem Odontologia	606	780	437	1.823	10,97	579	790	430	1.799	10,95
Agros Saúde II com Odontologia	23	20	1	44	0,26	17	18	1	36	0,22
Agros Saúde II sem Odontologia	7	1	2	10	0,06	6	1	2	9	0,05
Total	5.166	7.101	4.344	16.611	100,00	5.044	7.157	4.228	16.430	100,00

A migração de participantes para os planos Agros Saúde III e IV, com e sem odontologia, ocorreu em janeiro/2015.

Figura 9 - Evolução do Número de Usuários*, Participantes e Dependentes


* O total dos usuários equivale ao somatório dos participantes mais dependentes e agregados.

Quadro 9 - Quantidade e Valor dos Procedimentos de Saúde Utilizados¹ (Valores em R\$)

Procedimentos	2014			2013 ²			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)		
Consulta	68.556	5.668.477,86	15,96	66.200	5.117.191,73	16,04	3,56	10,77
Exames	210.924	7.128.029,56	20,07	191.842	6.483.908,25	20,33	9,95	9,93
Proc. ambulatoriais	8.209	530.156,46	1,49	7.627	510.311,72	1,60	7,63	3,89
Fisioterapia	24.092	390.362,96	1,10	26.053	382.778,61	1,20	-7,53	1,98
Acupuntura	1.675	96.678,05	0,27	1.826	88.173,49	0,28	-8,27	9,65
Hemodiálise	2.102	560.973,50	1,58	1.847	513.948,81	1,61	13,81	9,15
Hemoterapia	1.076	52.507,85	0,15	401	33.602,97	0,11	168,33	56,26
Quimioterapia	572	1.952.628,35	5,50	536	1.704.816,12	5,35	6,72	14,54
Radioterapia	847	414.111,94	1,17	496	220.288,29	0,69	70,77	87,99
Psicologia	12.443	477.702,54	1,34	11.124	429.845,74	1,35	11,86	11,13
Fonoaudiologia	1.974	64.537,82	0,18	1.742	57.487,39	0,18	13,32	12,26
Terapia Ocupacional	266	7.142,40	0,02	190	5.214,03	0,02	40,00	36,98
Nutrição	2.658	103.583,76	0,29	2.963	116.382,43	0,36	-10,29	-11,00
Taxas e Serviços Ambulatoriais	25.983	1.237.145,68	3,48	28.683	1.101.004,83	3,45	-9,41	12,37
Internações	2.530	16.837.760,50	47,40	2.464	15.124.746,57	47,43	2,68	11,33
Total	363.907	35.521.799,23	100,00	343.994	31.889.700,98	100,00	5,79	11,39

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.

2. Custo de 2013 corrigidos pelo IPCA de 2014 (6,40%).

Ressalta-se que, do valor total de “Internações” em 2014, R\$ 4.812.696,95 se referem à aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs), ou seja, 28,58%.

Além dos valores das despesas assistenciais constantes no Quadro 9, foram utilizados R\$ 435.981,67 para a aquisição de quimioterápicos orais, cuja cobertura passou a valer a partir de 2014 com o novo rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS.

Quadro 10 - Número e Valor dos Procedimentos Odontológicos Utilizados¹ (Valores em R\$)

Classificação das Despesas Odontológicas	2014			2013 ²			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)		
Diagnose	7.459	211.092,20	9,19	7.349	197.784,83	9,82	1,50	6,73
Urgência/Emergência	676	30.638,20	1,33	693	30.844,30	1,53	-2,45	-0,67
Prevenção	6.935	174.288,50	7,59	7.202	165.037,04	8,20	-3,71	5,61
Odontopediatria	1.218	32.735,00	1,43	1.508	35.662,62	1,77	-19,23	-8,21
Radiografia	18.698	227.123,42	9,89	19.174	221.747,71	11,01	-2,48	2,42
Dentística	7.924	380.445,10	16,56	7.546	305.290,33	15,16	5,01	24,62
Endodontia	2.455	231.823,80	10,09	2.650	241.900,93	12,01	-7,36	-4,17
Periodontia	8.196	337.295,00	14,69	7.647	298.386,56	14,82	7,18	13,04
Cirurgia	1.268	103.050,50	4,49	1.329	99.189,80	4,93	-4,59	3,89
Próteses	2.957	560.687,55	24,41	2.761	410.846,04	20,40	7,10	36,47
Taxas	137	7.591,00	0,33	127	7.066,02	0,35	7,87	7,43
Total	57.923	2.296.770,27	100	57.986	2.013.756,18	100	-0,11	14,05

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.

2. Custo de 2013 corrigidos pelo IPCA de 2014 (6,40%).

Quadro 11 - Receitas Assistenciais

Receitas (Valores em mil - R\$)				
	2014		2013	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Planos Assistenciais	43.079	4.010	35.314	3.244
Total	47.089		38.558	

Quadro 12 - Despesas Assistenciais

Despesas (Valores em mil - R\$)				
	2014		2013	
	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas
Planos Assistenciais	43.770	5.829	37.711	3.853
Total	49.599		41.564	

No ano de 2014, conforme Resolução nº 287/2013 do Conselho Deliberativo, as despesas administrativas do Instituto sofreram alterações na sua forma de rateio, com o objetivo de adequação à realidade das despesas de cada plano.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS COM PESSOAL E TERCEIROS
Quadro 13 - Demonstrativo das Despesas Administrativas com Pessoal e Terceiros (Valores de mil – R\$)

Contas	2014						2013					
	Despesas Administrativas – PGA (Pessoal e Terceiros)			Consolidado PGA	Despesas Adm. Assistenci ais Diretas	Total Geral	Despesas Administrativas - PGA (Pessoal e Terceiros)			Consolidado PGA	Despesas Adm. Assistenci ais Diretas	Total Geral
	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial				Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial			
Pessoal e Encargos	3.167	1.673	5.073	9.913	-	9.913	6.677	676	3.032	10.385	-	10.385
Conselheiros	222	44	243	509	-	509	430	5	34	469	-	469
Dirigentes	249	247	179	675	-	675	613	6	47	666	-	666
Pessoal Próprio	2.675	1.376	4.631	8.682	-	8.682	5.603	664	2.949	9.216	-	9.216
Estagiários	21	6	20	47	-	47	31	1	2	34	-	34
Terceiriza- dos	195	2	15	212	-	212	181	2	14	197	-	197
Mão de Obra - Sede do Agros	195	2	15	212	-	212	181	2	14	197	-	197
Prestadores de Serviços	446	4	26	476		476	698	4	24	726	-	726
Consultoria Atuarial	27	-	-	27	-	27	26	-	-	26	-	26
Consultoria Jurídica	48	1	4	53	-	53	271	1	3	275	-	275
Informática	289	2	16	307	-	307	321	2	15	338	-	338
Auditoria	82	1	6	89	-	89	80	1	6	87	-	87
Despesas Diretas do Assistencial	-	-	-	-	504	504	-	-	-	-	559	559
Serviços de Terceiros	-	-	-	-	504	504	-	-	-	-	559	559
Honorários Advocáticos	-	-	-	-	28	28	-	-	-	-	40	40
Honorários de Auditoria	-	-	-	-	180	180	-	-	-	-	164	164
Honorários Consultoria	-	-	-	-	71	71	-	-	-	-	66	66
Honorários de Serviços Técnicos de Informática	-	-	-	-	225	225	-	-	-	-	289	289
Total Geral	3.808	1.679	5.114	10.601	504	11.105	7.556	682	3.070	11.308	559	11.867

Ressalta-se que as despesas administrativas com pessoal e terceiros em 2014 diminuiram em relação a 2013.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS - EXERCÍCIO 2014 (PERÍODO DE REFERÊNCIA 01/2014 A 12/2014)

Plano A - Plano de Benefícios Previdenciários - Celetista

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
INPC	5

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	43
Renda Variável	60	24
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	2

Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários - Estatutário

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
INPC	5

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	42
Renda Variável	60	24
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	14
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	2

Plano C – Plano de Benefícios Previdenciários Agros CD-01

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
Selic	100

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Planos de Benefícios Assistenciais

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
Selic	100

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
Selic	100

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Os quadros desta seção demonstram as metas atuariais por plano, os limites de alocação por segmento e os alvos a serem atingidos, todos estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto para o ano de 2014. Encontram-se, a seguir, os demonstrativos das realizações do ano.

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM 2014

Total das Alocações dos Recursos da Entidade (Valores em R\$)

Segmentos de Aplicação	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial		Total Geral	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Renda Fixa	56.507.983,50	39,46	244.166.844,30	47,74	6.325.344,55	100,00	38.788.982,52	100,00	37.692.530,75	100,00	383.481.685,62	52,00
Renda Variável	37.966.688,80	26,52	105.093.335,37	20,55	-	-	-	-	-	-	143.060.024,17	19,40
Imóveis	20.031.523,33	13,99	66.031.433,18	12,91	-	-	-	-	-	-	86.062.956,51	11,67
Multimercado	2.716.015,47	1,90	7.730.197,89	1,51	-	-	-	-	-	-	10.446.213,36	1,42
Investimentos no Exterior	3.305.124,73	2,31	8.457.764,53	1,65	-	-	-	-	-	-	11.762.889,26	1,59
Investimentos em Participações	7.234.378,79	5,05	20.587.943,87	4,02	-	-	-	-	-	-	27.822.322,66	3,77
Operações com Participantes	15.352.282,73	10,72	59.218.834,78	11,58	-	-	-	-	-	-	74.571.117,51	10,11
Outros Realizáveis	68.750,96	0,05	222.522,01	0,04	-	-	-	-	-	-	291.272,97	0,04
Total	143.182.748,31	100,00	511.508.875,93	100,00	6.325.344,55	100,00	38.788.982,52	100,00	37.692.530,75	100,00	737.498.482,06	100,00

Posição dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (Valores em R\$)

Segmentos de Ativos	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Títulos Públicos	29.683.654,88	21,15	129.439.439,57	25,88	-	-	18.122.880,91	46,61	12.723.860,04	33,67
Ações Carteira à Vista	16.831.714,02	12,00	46.166.251,91	9,24	-	-	-	-	-	-
Rendimentos e Vendas a Receber	41.566,00	0,03	118.620,91	0,02	-	-	-	-	-	-
Aluguéis de Ações	4.632.927,31	3,30	14.581.456,97	2,92	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	16.460.481,47	11,74	44.227.005,58	8,85	-	-	-	-	-	-
Títulos Créditos	8.513.010,13	6,07	38.215.205,30	7,65	-	-	10.342.486,44	26,60	17.327.599,20	45,85
Títulos de Empresas	8.725.835,29	6,22	40.010.185,61	8,00	-	-	3.131.244,31	8,05	1.513.591,65	4,00
Multimercados	2.716.015,47	1,94	7.730.197,89	1,55	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	15.352.282,73	10,95	59.218.834,78	11,85	-	-	-	-	-	-
Fundos em Participações	7.234.378,79	5,16	20.587.943,87	4,12	-	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	20.031.523,33	14,29	66.031.433,18	13,21	-	-	-	-	-	-
Fundos de Recebíveis Imobiliários	473.870,35	0,34	1.330.989,11	0,27	-	-	-	-	-	-
SWAP	-137,21	-	-2.820,91	-	-	-	-3.114,03	-0,01	-7.772,59	-0,02
Fundos de Rede	9.110.198,96	6,50	35.170.021,79	7,04	6.325.344,55	99,99	7.194.564,12	18,50	6.138.600,50	16,24
Fundos de Investimentos no Exterior	3.305.124,73	2,36	8.457.764,53	1,69	-	-	-	-	-	-
Receitas/Despesas	1.551,10	-	3.823,83	-	-	-	920,78	-	-3.348,06	-0,01
Outros Realizáveis	68.750,96	0,05	222.522,01	0,04	-	-	-	-	-	-
Disponível	65.108,96	0,05	84.094,16	0,02	891,00	0,01	95.851,51	0,25	100.913,49	0,27
Despesas de Investimentos	-243.086,54	-0,17	-645.773,40	-0,13	-	-	-	-	-	-
Contingência de Investimentos	-2.777.163,26	-1,98	-11.101.252,11	-2,22	-	-	-	-	-	-
Total	140.227.607,47	100,00	499.845.944,58	100,00	6.326.235,55	100,00	38.884.834,03	100,00	37.793.444,23	100,00

Custos da Gestão dos Recursos de Investimentos por Plano (Valores em R\$)

Descrição	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial	Total
Gestão Interna	471.295,20	1.411.783,75	758,71	-	8.149,75	1.891.987,41
Pessoal/Encargos	417.492,76	1.254.264,42	715,01	-	-	1.672.472,19
Consultorias	9.074,19	27.266,18	14,54	-	2.736,39	39.091,30
Auditorias	209,28	628,83	0,39	-	-	838,50
Corretagens	26.567,66	75.684,11	-	-	-	102.251,77
Sistemas de Informática	17.951,31	53.940,21	28,77	-	5.413,36	77.333,65
Gestão Externa	114.114,86	473.517,17	-	112.119,00	87.484,51	787.235,54
Taxa de Administração	66.457,99	286.653,76	-	45.482,86	40.541,32	439.135,93
Taxa de Gestão	3,89	80,05	-	88,33	220,50	392,77
Taxa Anbid	1.871,20	8.176,36	-	1.305,38	1.265,71	12.618,65
Taxa Selic	1.271,05	5.577,78	-	978,79	1.025,94	8.853,56
Taxa Cetip	9.278,91	41.521,50	-	35.030,56	11.909,55	97.740,52
Taxa CVM	11.085,31	48.938,50	-	8.153,09	8.623,10	76.800,00
Custódia	11.173,74	48.012,93	-	7.255,04	5.701,68	72.143,39
Custodiante Itaú	6.213,95	6.213,95	-	6.213,95	6.213,95	24.855,80
CBLIC	1.282,91	2.705,25	-	26,31	-	4.014,47
Auditorias	5.188,69	24.246,05	-	6.999,53	10.852,31	47.286,58
Taxa de Cartório	284,99	1.369,73	-	559,70	1.071,74	3.286,16
Outras e BMF	2,23	21,31	-	25,46	58,71	107,71
Total	585.410,06	1.885.300,92	758,71	112.119,00	95.634,26	2.679.222,95

Metas de Rentabilidade por Segmento (%)

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	11,30	11,30	11,30	11,30	11,30
Renda Variável	14,50	14,50	-	-	-
Investimentos Estruturados	14,50	14,50	-	-	-
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-
Imóveis	11,30	11,30	-	-	-
Operações com Participantes	12,40	12,40	-	-	-
Meta Atuarial	11,54	11,54	10,91	10,91	10,91

Rentabilidade por Segmento (%)

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	13,75	14,89	11,08	12,07	10,60
Renda Variável	-14,33	-14,01	-	-	-
Investimentos Estruturados	-0,64	-0,86	-	-	-
Investimentos no Exterior	18,13	16,88	-	-	-
Imóveis	22,57	21,63	-	-	-
Operações com Participantes	12,54	18,13	-	-	-
Meta	11,54	11,54	10,91	10,91	10,91

Rentabilidade por Ativo (%)

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Fundos de Ações	-12,92	-13,23	-	-	-
Carteira a Vista	-15,33	-14,59	-	-	-
Renda Variável	-14,33	-14,01	-	-	-
Fundos de Investimentos	13,75	14,89	11,08	12,07	10,60
Renda Fixa	13,75	14,89	11,08	12,07	10,60
Investimentos Estruturados	-0,64	-0,86	-	-	-
Investimentos no Exterior	18,13	16,88	-	-	-
Empréstimos a Participantes	12,54	18,13	-	-	-
Imóveis	22,57	21,63	-	-	-
Recursos Garantidores	4,59	8,68	11,08	12,07	10,60
Meta	11,54	11,54	10,91	10,91	10,91

Evolução do Patrimônio Social (%)

Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Plano Assistencial
1,47	6,21	54,21	4,14	-7,39

Índices (%)

IGPM	IPCA	INPC	Selic	Atuarial	Ibovespa
3,67	6,40	6,23	10,91	11,54	-2,89

Risco

Previsto na Política de Investimentos	Value at Risk (VaR)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	0,187%
Renda Variável – 20% valor alocado	2,122%

Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo *Value at Risk* (VaR), modelo não paramétrico com grau de confiança de 95%, considerando o horizonte de tempo e as oscilações do mercado.

Ressalta-se que as alocações dos ativos do Agros no ano de 2014, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previstos nas Resoluções 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, e 3.846, de 25 de março de 2010, e encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do Agros aprovada em 5 de dezembro de 2013, por meio da Resolução 288/2013.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Tendo como principal ocorrência no cenário externo a retomada do crescimento da economia americana e o inexpressivo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o Agros manteve sua política de prudência e reponsabilidade com relação aos investimentos e deu continuidade a uma postura menos conservadora. Destaca-se que, em conformidade com a Política de Investimentos, o Instituto iniciou de forma gradual investimentos em Fundos no Exterior.

O Agros encerrou o exercício de 2014 com as seguintes participações em seus principais investimentos: 50,19% em Renda Fixa; 21,15% em Renda Variável; 12,56% em Imóveis; 5,58% em Segmento Estruturado; 1,72% em Fundos no Exterior e 10,88% em Operações com Participantes.

Os destaques positivos de rentabilidades foram a carteira de Imóveis, cujo retorno foi de 21,62% após reavaliação, a carteira de Empréstimo, com 16,76% e o Investimento no Exterior, com 17,28%, mesmo com o primeiro aporte tendo ocorrido no final de junho/2014.

Com o baixo desempenho da economia brasileira, o segmento de Renda Variável mais uma vez foi o destaque negativo, com rentabilidade de -14,09%.

Na apuração separada por plano, o Plano A atingiu a rentabilidade de 4,59% e o Plano B de 8,68%, não atingindo a meta atuarial, de 11,54%. A rentabilidade de ambos foi prejudicada pelo fato de a carteira de Renda Variável fazer parte dos investimentos destes. O Plano Agros CD-01 obteve rentabilidade de 11,08%, superior à taxa média Selic, de 10,91%, e o Plano Assistencial, de 10,60%.

A rentabilidade dos planos previdenciários do Agros, no cômputo geral dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas foi de 5,71%, ficando 5,83 pontos percentuais abaixo da Meta Atuarial do Instituto.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*

Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Ativo	Exercício 2014	Exercício 2013	Passivo	Exercício 2014	Exercício 2013
<u>Disponível</u>	246	193	<u>Exigível Operacional</u>	2.583	3.319
<u>Realizável</u>	708.405	671.032	Gestão Previdencial	324	111
Gestão Previdencial	114	44	Gestão Administrativa	1.902	1.948
Gestão Administrativa	8.485	8.109	Investimentos	357	1.260
Investimentos	699.806	662.879	<u>Exigível Contingencial</u>	21.530	18.941
Créditos Privados e Depósitos	6	6	Gestão Administrativa	7.652	6.259
Ações	82.373	110.884	Investimentos	13.878	12.682
Fundos de Investimentos	456.502	404.423			
Investimentos Imobiliários	86.063	75.020	<u>Patrimônio Social</u>	687.001	651.605
Empréstimos	74.571	72.283	Patrimônio de Cobertura do Plano	616.403	584.263
Outros Realizáveis	291	263	Provisões Matemáticas	450.219	446.276
<u>Permanente</u>	2.463	2.640	Benefícios Concedidos	201.687	182.872
Imobilizado	2.447	2.623	Benefícios a Conceder	248.532	263.404
Intangível	16	17	Equilíbrio Técnico	166.184	137.987
<u>Gestão Assistencial</u>	42.799	43.150	Resultados Realizados	166.184	137.987
			Superávit Técnico Acumulado	166.184	137.987
			Fundos	70.598	67.342
			Fundos Previdenciais	26.501	26.501
			Fundos Administrativos	40.813	38.167
			Fundos dos Investimentos	3.284	2.674
			<u>Gestão Assistencial</u>	42.799	43.150
Total do Ativo	753.913	717.015	Total do Passivo	753.913	717.015

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	153.873	151.531	1,55
Disponível	65	36	80,56
Recebíveis	10.626	9.923	7,08
Investimentos	143.182	141.572	1,14
Créditos Privados e Depósitos	2	2	0,00
Ações	21.506	28.729	-25,14
Fundos de Investimentos	86.222	81.417	5,90
Investimentos Imobiliários	20.031	17.474	14,63
Empréstimos	15.352	13.888	10,54
Outros Realizáveis	69	62	11,29
2. Obrigações	3.108	2.950	5,36
Operacional	331	412	-19,66
Contingencial	2.777	2.538	9,42
3. Fundos Não Previdenciais	10.708	10.025	6,81
Fundos Administrativos	10.611	9.923	6,93
Fundos de Investimentos	97	102	-4,90
4 Ativo Líquido (1-2-3)	140.057	138.556	1,08
Provisões Matemáticas	116.140	111.186	4,46
Superávit / Déficit Técnico	23.917	27.370	-12,62

Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	541.894	510.021	6,25
Disponível	84	100	-16,00
Recebíveis	30.301	28.287	7,12
Investimentos	511.509	481.634	6,20
Créditos Privados e Depósitos	5	5	0,00
Ações	60.866	82.154	-25,91
Fundos de Investimentos	325.165	283.333	14,76
Investimentos Imobiliários	66.031	57.546	14,74
Empréstimos	59.219	58.395	1,41
Outros Realizáveis	223	201	10,95
2. Obrigações	11.981	11.099	7,95
Operacional	880	955	-7,85
Contingencial	11.101	10.144	9,43
3. Fundos Não Previdenciais	33.389	30.815	8,35
Fundos Administrativos	30.202	28.243	6,94
Fundos de Investimentos	3.187	2.572	23,91
4 Ativo Líquido (1-2-3)	496.524	468.107	6,07
Provisões Matemáticas	327.756	330.990	-0,98
Superávit / Déficit Técnico	142.267	110.616	28,61
Fundos Previdenciais	26.501	26.501	-

Demonstração do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	6.326	4.104	54,14
Recebíveis	1	-	-
Investimentos	6.325	4.104	54,12
Fundos de Investimentos	6.325	4.104	54,12
2. Obrigações	3	3	-
Operacional	3	3	-
3. Ativo Líquido (1-2)	6.323	4.101	-
Provisões Matemáticas	6.323	4.101	54,18

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A (Celetista)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	138.556	138.533	0,02
1. Adições	15.505	12.277	26,29
(+) Contribuições Previdenciárias	130	-	-
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.375	12.277	25,23
2. Destinações	14.004	12.254	14,28
(-) Benefícios Previdenciários	5.782	5.479	5,53
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.203	6.775	21,08
(-) Custeio Administrativo	19	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.501	23	6426,09
(+/-) Provisões Matemáticas	4.954	12.172	-59,30
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-3.453	-12.149	-71,58
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	140.057	138.556	1,08
C) Fundos Não Previdenciais	10.708	10.025	6,81
(+/-) Fundos Administrativos	10.611	9.923	6,93
(+/-) Fundos de Investimentos	97	102	-4,90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	468.107	453.093	3,31
1. Adições	57.674	41.874	37,73
(+) Contribuições Previdenciárias	712	549	29,69
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	56.962	41.325	37,84
2. Destinações	29.257	26.860	8,92
(-) Benefícios Previdenciários	7.612	6.891	10,46
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.640	19.962	8,41
(-) Custeio Administrativo	5	7	-28,57
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	28.417	15.014	89,27
(+/-) Provisões Matemáticas	-3.234	15.793	-120,48
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	31.651	-779	-4163,03
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	496.524	468.107	6,07
C) Fundos Não Previdenciais	33.389	30.815	8,35
(+/-) Fundos Administrativos	30.202	28.243	6,94

(+/-)	Fundos de Investimentos	3.187	2.572	23,91
-------	-------------------------	-------	-------	-------

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

	Descri�o	Exercício 2014	Exercício 2013	Varia�o (%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	4.101	2.603	57,55
	1. Adições	2.368	1.644	44,04
(+)	Contribuições Previdenciárias	1.831	1.394	31,35
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	537	250	114,80
	2. Destinações	146	146	0,00
(-)	Benefícios	127	132	-3,79
(-)	Custeio Administrativo	19	14	35,71
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.222	1.498	48,33
(+/-)	Provis��es Matemáticas	2.222	1.498	48,33
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	6.323	4.101	54,18

Demonstr  o da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

	Descri�o	Exercício 2014	Exercício 2013	Varia�o (%)
	A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	685.599	668.152	2,61
	1. Adições	133.653	108.860	22,78
(+)	Contribuições Previdenciais	2.630	1.921	36,91
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	72.875	53.853	35,32
(+)	Receitas Administrativas	11.658	14.897	-21,74
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.201	2.241	87,46
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	609	657	-7,31
(+)	Receitas Assistenciais	41.680	35.291	18,10
	2. Destinações	100.768	91.413	10,23
(-)	Benefícios	13.521	12.503	8,14
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.843	26.737	11,62
(-)	Despesas Administrativas	12.207	12.915	-5,48
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	87	67	100,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	919	894	2,80
(-)	Despesas Assistenciais	44.191	38.297	15,39
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	32.885	17.447	88,49
(+/-)	Provis��es Matemáticas	3.943	29.462	-86,62
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	28.198	-12.928	-318,12
(+/-)	Fundos Administrativos	2.646	3.262	-18,88
(+/-)	Fundos dos Investimentos	609	657	-7,31
(+/-)	Gestão Assistencial	-2.511	-3.006	-16,47
	B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	718.484	685.599	4,80

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	143.262	141.608	1,17
1. Provisões Matemáticas	116.140	111.186	4,46
1.1. Benefícios Concedidos	69.206	63.878	8,34
Benefício Definido	69.206	63.878	8,34
1.2. Benefício a Conceder	46.934	47.308	-0,79
Benefício Definido	46.934	47.308	-0,79
2. Equilíbrio Técnico	23.917	27.370	-12,62
2.1. Resultado Realizado	23.917	27.370	-12,62
Superávit Técnico Acumulado	23.917	27.370	-12,62
Reserva de Contingência	23.917	27.370	-12,62
3. Fundos	97	102	-4,90
3.1. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	97	102	-4,90
4. Exigível Operacional	331	412	-19,66
4.1. Gestão Previdencial	88	63	39,68
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	243	349	-30,37
5. Exigível Contingencial	2.777	2.538	9,42
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	2.777	2.538	9,42

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	511.692	481.778	6,21
1. Provisões Matemáticas	327.756	330.990	-0,98
1.1. Benefícios Concedidos	132.481	118.995	11,33
Benefício Definido	132.481	118.995	11,33
1.2. Benefício a Conceder	195.275	211.995	-7,89
Benefício Definido	195.275	211.995	-7,89
2. Equilíbrio Técnico	142.267	110.616	28,61
2.1. Resultado Realizado	142.267	110.616	28,61
Superávit Técnico Acumulado	142.267	110.616	28,61
Reserva de Contingência	81.939	82.747	-0,98
Reserva para Revisão do Plano	60.328	27.869	100,00
3. Fundos	29.688	29.073	2,12
3.1. Fundos Previdenciais	26.501	26.501	0,00
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	3.187	2.572	23,91
4. Exigível Operacional	880	955	-7,85
4.1. Gestão Previdencial	234	44	431,82
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	646	911	-29,09
5. Exigível Contingencial	11.101	10.144	9,43
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	11.101	10.144	9,43

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios C (Agros CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2)	6.326	4.104	54,14
1. Provisões Matemáticas	6.323	4.101	54,18
1.1. Benefício a Conceder	6.323	4.101	54,18
Contribuição Definida	6.323	4.101	54,18
Saldo de contas - parcela participantes	6.323	4.101	54,18
2. Exigível Operacional	3	3	-
2.1. Gestão Previdencial	3	3	-

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	38.167	34.905	9,35
1. Custeio da Gestão Administrativa	15.859	17.138	-7,46
1.1. Receitas	15.859	17.138	-7,46
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	43	21	104,76
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.437	10.527	-48,35
Taxa de Administração de Empréstimos	738	743	-0,67
Receitas Diretas	3	-	-
Resultado Positivo dos Investimentos	4.201	2.241	87,46
Reembolso da Gestão Assistencial	5.409	3.267	65,56
Outras Receitas	28	339	-91,74
2. Despesas Administrativas	13.125	13.809	-4,95
2.1. Administração Previdencial	5.842	9.624	-39,30
Pessoal e Encargos	3.167	6.677	-52,57
Treinamentos/Congressos e Seminários	82	65	26,15
Viagens e Estadias	114	148	-22,97
Serviços de Terceiros	1.112	1.392	-20,11
Despesas Gerais	326	285	14,39
Depreciações e Amortizações	196	234	-16,24
Contingências	845	823	2,67
2.2. Administração dos Investimentos	1.874	918	104,14
Pessoal e Encargos	1.672	676	147,34
Treinamentos/Congressos e Seminários	65	1	6400,00
Viagens e Estadias	25	13	92,31
Serviços de Terceiros	86	210	-59,05
Despesas Gerais	17	4	325,00
Contingências	9	14	-35,71
2.3. Administração Assistencial	5.409	3.267	65,56
3. Resultado Negativo dos Investimentos	88	67	31,34
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	2.646	3.262	-18,88
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	2.646	3.262	-18,88
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	40.813	38.167	6,93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e Operadora de Planos de Saúde na modalidade autogestão, que realiza a gestão de Planos Previdenciários e Planos de Saúde. Dessa forma, tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São dois planos previdenciários na modalidade de Benefício Definido (BD), os Planos A e B, um plano previdenciário de Contribuição Definida (CD), o Agros CD-01, e nove planos assistenciais.

Os Patrocinadores dos Planos Previdenciários BD e dos Planos de Saúde são:

- Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

O Plano Previdenciário C, denominado Agros CD-01, tem como Instituidores:

- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec);
- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Agros não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado.

Nos exercícios de 2014 e 2013 a escrituração dos recursos aplicados pelo Instituto, bem como dos resultados alocados, como adições, deduções, rendas, variações positivas e negativas, receitas e despesas, foram registradas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão. Em 2013 a totalidade dos recursos foi aplicada no país. Em 2014 o Agros iniciou aplicações em fundos de investimentos no exterior, dentro do previsto na Política de Investimentos do Instituto.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O Agros oferece aos participantes os seguintes planos, que são reconhecidos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB/Previc):

• Plano Previdenciário A (Celetista) - Benefício Definido

Corresponde ao plano original registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83. Esse plano de benefícios abrange:

- a. Os funcionários da UFV que não são regidos pela Lei 8.112/90, Regime Jurídico Único (RJU), portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- b. Os funcionários do Agros; e
- c. Os funcionários das ex-patrocinadoras Centreinar e Funarbe.

Em 2014, um participante mudou sua condição no Plano A, passando de autopatrocinado para participante em Benefício Proporcional Diferido (BPD).

A partir de abril de 2014 foi implantado novo custeio para o Plano, definido da seguinte forma: contribuição de 0,2% do salário de participação para participantes ativos e autopatrocinados com adesão anterior a 01/01/2006, e para adesões após esta data, contribuição de 2,5 % sobre o salário de participação acrescido de 8% sobre o excesso do salário de participação em relação ao teto da previdência social, conforme Resolução nº 297/2014 do Conselho Deliberativo (CDE).

• Plano Previdenciário B (Estatutário) - Benefício Definido

Esse plano de benefícios, registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, abrange todos os servidores da UFV regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e que, portanto, não estão sujeitos às regras e determinações da CLT e do RGPS.

Em julho de 2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o Conselho Deliberativo aprovou a Resolução nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano B para 0,2%, implantada a partir de agosto de 2010, exceto para aqueles que aderiram ao plano entre janeiro e abril de 2007.

O custeio para o ano de 2014 foi ratificado pela Resolução nº 298/2014 do Conselho Deliberativo, mantendo o aprovado na Resolução nº 238/2010.

• **Plano Previdenciário “C” (Agros CD-01) - Contribuição Definida**

Também chamado de Plano de Instituidor, o Plano Previdenciário Agros CD-01, aprovado pela Portaria SPC nº 2.174, de 2 de abril de 2008, tem seu registro no CNPB sob o nº 20.080.010-83. Por sua característica de instituidor, os participantes deste plano são vinculados por meio dos convênios com os instituidores UFVCredi, Sindisec e Fecon-MG.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas dos Planos A, B e Agros CD-01.

As metas atuariais para o ano de 2014 dos planos previdenciários de benefício definido, A e B, correspondem à variação do INPC, acrescida de 5% a.a.

2.1. Quadro resumo dos Planos de Benefícios Previdenciários

Descrição	CNPB	Modalidade	Participantes				Idade Média
			Ativos	Autopatrocinados	Assistidos	Pensionistas	
Plano A	CNPB nº 19.800.008-83	BD	80	4	74	160	57
Plano B	CNPB nº 19.920.001-74	BD	3754	76	354	150	60
Plano C -Agros CD-01	CNPB nº 20.080.010-83	CD	1363	117	...	...	36

A Receita Federal publicou a Instrução Normativa nº 1.343, que trata da compensação no Imposto de Renda das contribuições feitas para planos de previdência complementar no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995. Contribuições feitas a planos de previdência complementar nesse período não puderam ser abatidas da base de cálculo do imposto de renda. Com a Instrução, a Receita Federal estabeleceu critérios para a restituição. A Instrução Normativa se aplica apenas aos aposentados que recebem benefício de complementação de aposentadoria a partir de janeiro de 2008 e efetuaram contribuições à previdência complementar no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995.

Para o cálculo do Imposto de Renda sobre o benefício de complementação de aposentadoria dos participantes que entraram em benefício a partir de 01/01/13 essas contribuições devem ser deduzidas do rendimento tributável até se esgotar o saldo. O Agros iniciou a dedução destes valores a partir do mês de setembro de 2014.

3. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas separadamente para cada segmento das atividades-fim (previdenciária e assistencial), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

O Agros apresenta as informações segregadas por plano de benefícios e plano de gestão administrativa (PGA), desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

3.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

3.2.1. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas como: provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.2.2. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

3.3. Regime de Contabilização

As operações são registradas e apuradas em regime de competência, com exceção do plano Agros CD-01 que, no recebimento de contribuições, utiliza o regime de caixa.

3.4. Apuração dos Fluxos de Investimentos

Os resultados positivos ou negativos dos investimentos são apurados no Fluxo de Investimentos de cada plano.

4. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS (BENS E DIREITOS)

4.1. Ativo Disponível

O Agros mantém volume mínimo em conta corrente bancária, com o objetivo de suprir os gastos imediatos das atividades dos planos, dentro de uma orientação de fluxo de caixa.

4.1.1. Composição do Ativo Disponível por Plano (Valores em mil - R\$)

Descrição	2014	2013
Plano A (CLT)	65	36
Plano B (RJu)	84	100
Plano C (Agros CD-01)	1	-
PGA	96	57
Total	246	193

4.2. Ativo Realizável da Gestão Previdencial

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições em atraso da patrocinadora UFV são atualizadas monetariamente até a data de referência das demonstrações contábeis, com base na variação da Taxa Referencial (TR) acrescida de 12% a.a., sem incidência de multa.

O Instituto registra provisão referente aos direitos creditórios pendentes de liquidação sobre os valores a receber em atraso, tais como: dívidas do patrocinador, contratos de empréstimos e aluguéis a receber. Para constituição dessas provisões sobre valores a receber em atraso são adotados os seguintes percentuais:

Porcentagem	Período de atraso
25	61 a 120 dias
50	121 a 240 dias
75	241 a 360 dias
100	> 360 dias

4.2.1. Composição do Ativo Realizável da Gestão Previdencial (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Contribuições Normais do mês a receber de Patrocinadores	7	-
Contribuições Normais do mês a receber de Participantes	56	42
Contribuições Normais do mês a receber de Autopatrocinados	1	2
Contribuições Normais em atraso a receber de Patrocinador	49.927	43.857
Contribuições sobre o 13º Salário a receber de Participantes	49	-
Contribuições sobre o 13º Salário a receber de Autopatrocinado	1	-
(-) Provisão para Perdas s/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-49.927	-43.857
Outros Valores a Receber	-	-
Total	114	44

4.3. Ativo Realizável da Gestão Administrativa

O Instituto registra, em seu ativo realizável da gestão administrativa, as despesas que incidirão nos resultados de meses subsequentes, como também os depósitos judiciais, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários e diretores e os recursos a receber dos planos de benefícios referentes aos custeios administrativos.

4.3.1. Composição do Ativo Realizável da Gestão Administrativa (Valores em mil - R\$)

Descrição	Plano PGA	
	2014	2013
Despesas Antecipadas	362	371
Depósitos Judiciais / Recursais	7.652	6.259
Consignação de Valores	-	2
Valores a Recuperar	-	118
Adiantamentos	107	143
Valores a Receber	364	1.216
Total	8.485	8.109

4.4. Ativo Realizável dos Investimentos

Os investimentos dos planos de benefícios previdenciários e administrativo são contabilizados no ativo realizável, sendo segregados por plano de benefícios e alocados em segmentos de mercado, de acordo com normativos legais e as definições da Política de Investimentos do Agros.

Renda Fixa e Renda Variável: O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. A classificação e o critério de avaliação dos títulos divide-se em duas categorias distintas, como segue:

- **Títulos para negociação:** Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-los em carteira até o vencimento.

Os **Investimentos Imobiliários** estão registrados pelo valor reavaliado, como determinam a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, a Resolução CGPC nº 08, de 31/10/2011 e a Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009, que preveem avaliação pelo menos a cada três anos. De acordo com a Política de Investimentos do Agros para o Exercício de 2014, aprovada pela Resolução do CDE nº 288/2013, de 05/12/2013, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em novembro de 2014, tendo seus resultados contabilizados no próprio exercício, em dezembro de 2014. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa Raja Engenharia Ltda. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas correspondentes à vida útil remanescente dos bens, constante nos Laudos de Avaliação.

As **Operações com Participantes** estão avaliadas pelo valor das operações, corrigidas pelo INPC/IBGE, acrescidas de juros de 0,54% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. A Taxa de Quitação por Morte (TQM) e a Taxa

para formação do Fundo Garantidor de Prestações (FGP), de contratação opcional, variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial. Os prazos de pagamento previstos para os empréstimos variam de 6 a 72 meses.

4.4.1. Composição dos Investimentos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Créditos Privados e Depósitos	6	6
Ações	82.373	110.884
Fundos de Investimentos	456.502	404.423
Investimentos Imobiliários	86.063	75.020
Empréstimos e Financiamentos	74.571	72.283
Outros Realizáveis	291	263
Total	699.806	662.879

Os quadros a seguir apresentam as composições de investimentos por segmentos.

4.4.2. Composição de Valores em Créditos Privados e Depósitos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Companhias Abertas – Debêntures não Conversíveis	6	6
Total	6	6

4.4.3. Composição de Valores em Ações (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Ações – Companhias Abertas	82.373	110.884
Total	82.373	110.884

4.4.4. Composição de Valores em Fundos de Investimentos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Quotas de Fundos – Renda Fixa	359.169	344.658
Quotas de Fundos – Ações	45.497	45.382
Quotas de Fundos – Multimercado	10.446	10.032
Quotas de Fundos – Emergentes	-	28
Quotas de Fundos – Participações	27.822	3.322
Quotas de Fundos – Imobiliário	1.805	1.001
Quotas de Fundos – Outros	11.763	-
Total	456.502	404.423

Considerando o vencimento do Fundo em Empresa Emergente Life Center e a não possibilidade de renovação, sua baixa foi realizada em janeiro de 2014. Diante disso, os cotistas optaram por criar um novo fundo de investimento em parceria, para tanto contrataram a Lacan Investimentos. Assim, foi criado o FIP Lacan Minas Gerais, tendo cada cotista permanecido com a mesma participação que detinha no fundo anterior. A parcela do Agros, como sócio do Hospital Lifecenter, representada em “Quotas de Fundos de Investimentos – Participações”, corresponde a 33,45% do total do empreendimento.

4.4.4.1. Os títulos dos fundos exclusivos a serem mantidos até o vencimento, representados pelo valor líquido, estão representados a seguir (Valores em mil - R\$)

Período	Valor
2015	39.539
2016	6.810
2017	42.517
2018	7.932
2019	54
2022	5.658
Total	102.510

4.4.4.2. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2014 conforme descrito abaixo (Valores em mil - R\$)

Descrição	Títulos Mantidos até o Vencimento		Títulos para Negociação
	Custo (1)	Mercado (2)	Mercado (2)
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos – Renda Fixa	-	102.510	183.654
Companhias Abertas (Título de Empresas)	-	6	-
Total da Carteira Própria e Fundos Exclusivos	-	102.516	183.654
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos não Exclusivos	-	-	72.999
Total das Carteiras Administradas por Terceiros	-	-	72.999
Total de Investimentos em Renda Fixa	-	102.516	256.653

(1) Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados “pró-rata tempore”.

(2) Valor líquido provável de realização obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

O Instituto tem intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

4.4.5. Composição de Valores dos Investimentos Imobiliários (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Investimentos Imobiliários		
(a) Imóveis em Construção - Reforma	18	172
(b) Imóveis uso Próprio	660	599
(c) Edificações Locadas à Patrocinadora	6.118	4.813
(d) Edificações Locadas a Terceiros	77.372	68.477
Subtotal (1)	84.168	74.061
(e) Aluguéis e Direitos a Receber	1.909	3.008
(f) (-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	-14	-2.049
Subtotal (2)	1.895	959
Total	86.063	75.020

As variações observadas nos itens (e) Aluguéis a Receber e (f) Provisão para Perda sobre Crédito de Liquidação Duvidosa, se deram principalmente pela Repactuação de Dívida do Hospital Lifecenter, relativo aos alugueis pendentes de liquidação, via Termo de Acordo e Confissão de Dívida, assinado em 25 de novembro de 2014. Foram realizados ajustes contábeis, retirada do valor referente aos alugueis pendentes do item (f), e apropriação do novo valor acordado da dívida do Hospital Lifecenter no item (e), cujo prazo de quitação termina em agosto/2019. O saldo residual do valor repactuado, em 31/12/2014, monta a importância de R\$ 1.359 mil.

4.4.5.1. Composição de Valores da Reavaliação Imobiliária (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado		
	Valor Contábil antes da Reavaliação (*)	Valor após a Reavaliação 2014	Resultado Reavaliação 31/12/2014
Imóvel de Uso Próprio	586	660	74
Edificações Locadas à Patrocinadora	4.717	6.118	1.401
Edificações Locadas a Terceiros	67.388	77.372	9.984
Total	72.691	84.150	11.459

(*) Reavaliação imobiliária reconhecida em dezembro de 2014 e apresentada neste quadro comparativamente com sua posição contábil no mês anterior, novembro de 2014.

4.4.5.2. Composição individualizada por Imóvel (Valores em mil - R\$)

Descrição	Histórico	Data da Avaliação ou Reavaliação	Data do Registro Contábil	Avaliador Responsável		Valor Após Reavaliação 2013	Valor Após Reavaliação 2014	Variação 2014/2013 Reavaliação	Vida Útil
				Razão Social	CNPJ				
CCABF	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	32.243	34.823	2.580	480
ECBM 4, 5, 8 E 12º	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	4.951	5.898	947	300
ECBM 6º	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	1.294	1.537	243	300
ECBM 7º	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	1.159	1.387	228	300
ECBM ERBH	Uso Próprio	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	599	660	61	300
ECBM LOJA 01	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	300	324	24	300
ECBM LOJA 02	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	1.767	1.836	69	300
ECBM PATROC	Patrocinadora	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	3.971	5.212	1.241	300
ED. BRAS RC	Patrocinadora	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	842	906	64	480
GALPÃO 10	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	1.600	1.800	200	420
LIFECENTER	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	22.356	22.573	217	456
MIRAFIORI	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia Ltda	02.651.291.0001/03	2.807	7.194	4.387	204
Total	...	...	...	...	...	73.889	84.150	10.261	...

Os imóveis reavaliados em dezembro de 2013 continuaram sendo depreciados anualmente pela vida útil remanescente, com taxas estimadas nos laudos de reavaliação. Os valores das depreciações lançadas no exercício de 2014 foram contabilizados nas deduções no fluxo de investimentos imobiliários nos planos detentores das propriedades destes investimentos (Planos A e B).

Em 12 de novembro de 2014 a Previc editou a Instrução nº 15/2014, alterando a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, cujo Art. 6º - "letra a" autoriza a dispensa do registro da depreciação para os planos de benefícios que realizam reavaliação dos investimentos imobiliários anualmente. Diante disso, o Agros não fará o registro da depreciação dos seus imóveis a partir do exercício de 2015, tendo como base a Política de Investimento de 2015, que também formalizou a opção de Reavaliação Anual dos Imóveis.

4.4.6. Composição de Valores dos Empréstimos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Operações com Participantes		
(a) Empréstimos a Participantes	65.486	64.126
(b) (-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	-2.334	-2.183
(c) Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida (EMAADI) (1)	11.419	10.340
Total	74.571	72.283

(1) Os saldos dessa conta correspondem à concessão, aos participantes do Plano A, das importâncias equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada um, sob a forma de Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida (EMAADI), com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos, operacionalizadas em forma de desconto mensal na Folha de Benefícios.

4.4.7. Composição de Valores dos Outros Realizáveis (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Outros Realizáveis		
Coparticipações – Poupança Fiança-Caução	288	259
Outros Valores a Realizar	3	4
Total	291	263

4.5. Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis. O Agros mantém fundo administrativo correspondente ao Permanente, no PGA, contabilizado de forma destacada em seus registros analíticos.

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação / Amortização (%)
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	20
Ambulância	33
Biblioteca	10
Sistema de Comunicação	10
Computadores e Periféricos	20
Edificações de Uso Próprio	2
Software	20

4.5.1. Composição do Ativo Permanente (Valores em mil - R\$)

Descrição	Plano PGA	
	2014	2013
· Imobilizado		
Instalações	4	8
Móveis e Utensílios	201	238
Máquinas e Equipamentos	110	141
Veículos	56	78
Biblioteca	5	6
Sistema de Comunicação	6	8
Computadores e Periféricos	73	106
Edificações de Uso Próprio – Sede do Agros	1.992	2.038
Subtotal (1)	2.447	2.623
· Intangível		
Software	16	17
Subtotal (2)	16	17
Total (1+2)	2.463	2.640

5. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO (OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS)

5.1. Exigível Operacional da Gestão Previdencial

Representa os valores dos compromissos de curto prazo da Gestão Previdencial dos Planos Previdenciários do Agros: A, B e Agros CD-01.

5.1.1. Composição do Exigível Operacional da Gestão Previdencial (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Benefícios a Pagar	233	44
Retenções a Recolher	91	67
Outras Exigibilidades	-	-
Total	324	111

5.2. Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Representa os valores dos compromissos de curto prazo do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

5.2.1. Composição do Exigível Operacional da Gestão Administrativa (Valores em mil - R\$)

Descrição	Plano PGA	
	2014	2013
Pessoal e Encargos a Pagar	1.526	1.537
Serviços de Terceiros	95	87
Fornecedores	21	18
Retenções a Recolher	238	285
Tributos a Pagar	1	1
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	21	20
Total	1.902	1.948

5.3. Exigível Operacional de Investimentos

Representa os valores dos compromissos de curto prazo da gestão dos investimentos.

5.3.1. Composição do Exigível Operacional de Investimentos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Ações	-	-
Renda Fixa	-	-
Investimentos Imobiliários	-	7
Operações com Participantes	69	126
Poupança - Fiança-Caução	287	259
Outras Exigibilidades – Taxa Administrativa a pagar ao PGA	-	865
Valores a Conciliar – Crédito em conta não identificado	1	3
Total	357	1.260

5.4. Exigível Contingencial

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da Gestão Administrativa e de Investimentos, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

O Agros constituiu provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

5.4.1. Composição do Exigível Contingencial (Valores em mil - R\$)

Composição	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2014	Acréscimo/Decréscimo em 2014	Saldo em 31/12/2013
Gestão Administrativa	7.652	1.393	6.259
Investimentos	13.878	1.196	12.682
Total	21.530	2.589	18.941

As Contingências Passivas reconhecidas nos Planos Previdenciários A e B têm natureza tributária e referem-se à Ação Ordinária **2007.38.00.021941-5** (ação principal do Processo nº 2007.38.00.012123-4), que discute a legalidade da cobrança de PIS/COFINS das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, uma vez que nessas entidades não se fala nem em lucro nem em faturamento, base de cálculo dos tributos. A probabilidade de ocorrência de perda é possível, sendo contabilizada a atualização monetária mensal da Notificação e da Multa, proporcionalmente nos Planos A, B e Assistencial. A discussão processual encontra-se em 1º Instância do Tribunal de Justiça.

Já a contingência reconhecida no Plano de Gestão Administrativa (PGA) é de natureza tributária e refere-se ao Processo nº **2006.38.01.000597-8**, que trata do questionamento judicial do Agros diante da suspensão de exigibilidade do crédito tributário ligado as contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS. A partir de 15/03/2006 o Agros realiza depósitos judiciais mensais desde a propositura da ação.

5.5. Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos líquidos dos Planos.

5.5.1. Composição do Patrimônio Social (Valores em mil - R\$)

Descrição	2014	2013
Plano A (CLT)	150.765	148.582
Plano B (RJU)	529.913	498.922
Plano C (Agros CD-01)	6.323	4.101
Saldo no Final do Exercício	687.001	651.605

5.5.2. O Patrimônio de Cobertura dos Planos

O Patrimônio de Cobertura dos Planos é formado pelo conjunto de contas que registram os compromissos atuariais e o excedente patrimonial apurado na contabilidade dos planos, representando seus resultados (superávit / déficit). Os

valores das Provisões Matemáticas consignadas nas demonstrações contábeis foram determinados pelos cálculos da assessoria atuarial da Atest Consultoria Atuarial.

5.5.2.1. Provisões Matemáticas

Resultam de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagas aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras. Os valores contabilizados estão respaldados em Avaliação Atuarial, que é realizada anualmente, cuja data de referência para o cálculo foi o mês de agosto de 2014, tendo seus efeitos reconhecidos no mês de dezembro de 2014, quando da emissão dos relatórios da referida avaliação atuarial.

5.5.2.2. Composição das Provisões Matemáticas (Valores em mil - R\$)

Composição	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2014	Constituição ou Reversão em 2014	Saldo em 31/12/2013
Benefícios Concedidos	201.687	18.815	182.872
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	44.312	4.810	39.502
- Benefícios Programados	44.312	4.810	39.502
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	157.375	14.005	143.370
- Benefícios Não Programados	157.375	14.005	143.370
Benefícios a Conceder	248.532	-14.872	263.404
Contribuição Definida (CD)	6.323	2.222	4.101
Saldo de Contas - Parcela Participantes	6.323	2.222	4.101
Benefício Definido (BD)	242.209	-17.094	259.303
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos – BD	157.928	-13.474	171.402
- Benefícios Programados	157.928	-13.474	171.402
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos – BD	84.281	-3.620	87.901
- Benefícios Não Programados	84.281	-3.620	87.901
Total das Provisões Matemáticas (1)	450.219	3.943	446.276

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - Geração Atual: corresponde ao valor atual dos compromissos futuros com participantes assistidos e beneficiários em gozo de benefício.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: são provisões atuariais correspondentes à diferença entre o valor dos benefícios para a geração atual que ainda não esteja em gozo de benefício e o valor dos benefícios para a geração futura, menos o valor das contribuições das patrocinadoras, da geração atual e das gerações futuras, segregada como segue:

- Benefícios do Plano - Geração Atual: correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício (participantes ativos).
- Outras Contribuições da Geração Atual: correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefício.
- Benefícios do Plano com Gerações Futuras: correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes das gerações futuras, descontado do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando em gozo de benefício.

5.6. Equilíbrio Técnico – Resultados Realizados

Os valores contabilizados como resultados dos planos de benefícios definidos são alocados em Reserva de Contingência até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as Provisões Matemáticas, e em Reserva Especial para Revisão do Plano o que exceder a este limite na apuração do resultado.

Os resultados realizados decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que significa o confronto entre os recursos arrecadados e os recursos utilizados, adicionando-se os fluxos financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos.

5.6.1. Composição dos Resultados Realizados (Valores em mil - R\$)

Composição	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2014	Constituição ou Reversão em 2014	Saldo em 31/12/2013
Resultado Realizado	166.184	28.197	137.987
Superávit Técnico Acumulado	166.184	28.197	137.987
Reserva de Contingências	105.856	-4.262	110.118
Reserva Especial para Revisão do Plano	60.328	32.459	27.869
(-) Déficit Técnico	-	-	-
Total do Resultado Realizado (2)	166.184	28.197	137.987

Superávit Técnico Acumulado: corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composta como segue:

- Reserva de Contingências: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais até o limite de 25% das provisões matemáticas.
- Reserva Especial para Revisão de Plano: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais acima de 25% das provisões matemáticas.

5.7. Fundos

Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial do Plano B, cujo saldo em 31/12/2014 é de R\$ 26.501 mil, foi criado em 2010 pela Resolução nº 245/2010 do CDE, para dar destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos. Tal destinação aguarda aprovação da Previc.

Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo foi constituído em 1990 e revigorado com nova destinação de recursos em 1999, embasado em Parecer Atuarial e Resolução do então Conselho de Administração nº 100/1999. É destinado à cobertura dos valores das despesas administrativas da atividade do PGA na gestão dos planos de benefícios, no que exceder aos limites de custeio estabelecido no Orçamento Anual e no Plano de Custeio do Agros, em conformidade com a Resolução CGPC 29, de 31 de agosto de 2009.

Fundos dos Investimentos

Fundos destinados à cobertura de situações especiais relacionados à Carteira de Empréstimos a Participantes, que são:

- Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante: objetiva liquidar o saldo devedor de empréstimos em caso de morte do participante.
- Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos: permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos, quando o participante faz esta opção.

5.7.1. Composição da Evolução dos Fundos (Valores em mil - R\$)

Identificação do Fundo	Consolidado	
	2014	2013
Fundo Previdencial	26.501	26.501
Fundo Administrativo	40.813	38.167
Fundo de Investimentos	3.284	2.674
Saldo dos Fundos	70.598	67.342

6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Agros funciona administrativamente separado da patrocinadora UFV, com estrutura, recursos e orçamento próprios.

As fontes de custeio administrativo previstas na Lei Complementar nº 108/2001 foram definidas em normas do órgão regulador e fiscalizador quando da criação do Plano de Gestão Administrativa (PGA), previsto na Resolução CGPC 28/2009, de 26/01/2009 e Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/09/2009. O regulamento do PGA do Agros foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23/02/2010. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Instituto.

As fontes de Custeio Administrativo para a cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios constituem-se de contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e resultado dos investimentos, receitas administrativas e fundo administrativo.

6.1. Critério de Rateio das Despesas Administrativas

O Agros faz a gestão das despesas com pessoal e encargos por centro de custo, sendo que estas representam a maior parte do total das despesas administrativas. A estrutura de contas das EFPC determinada pela Previc para recepcionar estas despesas tem três divisões básicas no PGA: gestão previdencial, gestão dos investimentos e gestão assistencial. Assim, os gastos com pessoal que desempenha atividades exclusivas de uma gestão (previdencial, investimentos ou assistencial) são alocados diretamente na sua gestão e identificados em seu centro de custo. Aquelas despesas que são de natureza comum às gestões são rateadas entre elas em percentuais atribuídos por centro de custos. As despesas administrativas que têm caráter específico de um plano também são alocadas diretamente no centro de custeio deste, dentro de uma gestão, para apuração dos custos finais.

As demais despesas de gestão: treinamentos, viagens, serviços de terceiros, depreciações, tributos e despesas gerais, representam aproximadamente 15% do total das despesas administrativas. Dentre estas, excetuando as despesas com treinamentos e viagens, que também são orientadas por rateio em centro de custos, as demais despesas que têm natureza comum são rateadas entre as Gestões Previdenciais, Assistenciais e de Investimentos, com percentuais de 92%, 7% e 1%, respectivamente, definidos no Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O processo da gestão das despesas administrativas no PGA se completa quando é realizado outro nível de rateio, atribuindo a participação destas despesas por plano de benefício, quando se verifica o custo da gestão de cada plano.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são rateadas dentro do PGA e atribuídas aos Planos de Benefícios Previdenciários A e B em suas proporções patrimoniais. No caso do Plano Agros CD-01, seu custeio administrativo constitui-se de taxa de 1% da contribuição ao plano. As despesas administrativas da Gestão de Investimentos também são rateadas entre os planos previdenciários e assistenciais. As despesas administrativas da Gestão Assistencial são originalmente realizadas no PGA e posteriormente custeadas de modo integral com recursos do Plano Assistencial, na forma de reposição de taxa administrativa.

O Agros está em processo de acompanhamento sistemático das despesas administrativas, visando manter-se adequado ao limite de custeio estabelecido para as EFPC, de 1% dos Recursos Garantidores dos Planos A e B.

6.1.1. Despesas Administrativas x Recursos Garantidores em 31/12/2014 (Valores em mil - R\$)

Plano	Recursos Garantidores	Taxa Administrativa 1% (Limite)	Taxa Administrativa do Exercício	Variação	% Despesa
A	140.228	1.402	1.387	15	-
B	499.846	4.998	4.812	186	-
Total	640.074	6.400	6.199	201	0,97

6.2. Fluxo Contábil do Fundo Administrativo (Valores em mil - R\$)

Descrição	2014	2013
Saldo no Início do Exercício	38.167	34.905
Receitas	11.658	14.897
(-) Despesas	-12.207	-12.915
(-) Constituições / Reversões de Contingências	-918	-894
Fluxo dos Investimentos	4.113	2.174
Evolução do Fundo Administrativo	2.646	3.262
Saldo no Final do Exercício	40.813	38.167

7. GESTÃO ASSISTENCIAL - PLANO DE SAÚDE

Os valores da Gestão Assistencial, apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do Agros, podem ser lidos, em maior nível de detalhes nas publicações específicas do Plano de Saúde, com as demonstrações contábeis exigidas pela ANS, estando os valores patrimoniais assim compostos:

7.1. Ativos do Assistencial (Valores em mil - R\$)

Contas	2014	2013
Disponível	101	193
Aplicações Financeiras	37.692	39.772
Créditos de Operações com Planos de Saúde	3.769	2.922
Bens e Títulos a Receber	10	9
Despesas Antecipadas	4	9
Realizável a Longo Prazo	1.104	98
Imobilizado	119	147
Total do Ativo	42.799	43.150

7.2. Passivos do Assistencial (Valores em mil - R\$)

Contas	2014	2013
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	7.381	6.398
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	155	259
Débitos de Operações de Assist. Não Relacionados c/ o Plano	4	7
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	347	330
Débitos Diversos	372	297
Passivo Não-Circulante - Exigível a Longo Prazo – Provisões	3.057	1.865
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	31.483	33.994
Total do Passivo	42.799	43.150

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2014, tais como contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

9. AÇÕES JUDICIAIS – DOTAÇÃO INICIAL DA PATROCINADORA E OFND

Existem valores apropriados em ativos a receber, oriundos de débitos residuais da dotação inicial da patrocinadora UFV, que são também contingenciados em conta de provisão para perda sobre crédito de liquidação duvidosa, nos Balanços dos Planos da Entidade, cujos registros contábeis se encontram nos Planos A e Assistencial. A cobrança dos montantes está em andamento por ação judicial cível.

O Agros numa ação conjunta da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), que representa as EFPC, possui um recurso judicial que está em andamento na Justiça Federal, que questiona correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), cujas aplicações remontam anos anteriores de investimentos da Entidade. Como não há uma garantia do desfecho desta ação, nem de data e possíveis valores, estes ainda não são registrados em balanço. A Assessoria Jurídica da Abrapp acompanha este processo.

10. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Em julho de 2014, o Agros e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instrumento jurídico que permite o alinhamento de entendimento sobre determinada matéria entre órgãos de fiscalização, entidades e empresas privadas. Ou seja, é um documento no qual uma instituição se compromete a cumprir determinadas condições para se adequar às exigências legais ou comprovar que já está atuando de acordo com elas.

O Agros submeteu o Termo à Previc com o objetivo de comprovar que os recursos existentes no Plano B são dos participantes do RJU e que não há recursos deste plano no Plano A.

11. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros supervisiona suas atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos. Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos como prática periódica em suas atividades. Algumas ações efetivas foram tomadas no sentido de avaliar, divulgar, conscientizar e planejar melhorias nos controles do Instituto, entre elas: fechamento do terceiro ciclo de avaliação de riscos, em relação a todos os processos levantados, incluindo a etapa de certificação de controles, destacando os principais riscos existentes (Risco de Terceiro, Infraestrutura, Segurança da Informação, Risco de Sistema, Concentração na Terceirização, Fornecedor, Risco de Documentação, Indisponibilidade de Pessoal Especializado, Concepção, Reserva, Fraude, Técnico e Divulgação de Informações) e elaboração de planos de ação para redução desses riscos de forma a tratar novos controles ou promover melhorias e outros controles que devem ser constantemente monitorados.

12. COBERTURA DE SEGUROS

É prática do Agros manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

Viçosa, 31 de dezembro de 2014.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros
Diretor Geral

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO ASSISTENCIAL*
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Balanco Patrimonial Assistencial - Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$)

Descrição	2014	2013
Ativo Circulante	<u>41.576.598,42</u>	<u>42.905.087,42</u>
Disponível	100.913,49	193.196,44
Realizável	<u>41.475.684,93</u>	<u>42.711.890,98</u>
Aplicações Financeiras	37.692.530,75	39.771.905,94
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.824.451,30	3.989.641,78
Aplicações Não Vinculadas	31.868.079,45	35.782.264,16
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>3.768.576,57</u>	<u>2.921.863,05</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	2.761.843,81	2.251.833,67
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.006.732,76	670.029,38
Bens e Títulos da Receber	10.349,26	8.977,56
Despesas Antecipadas	4.228,35	9.144,43
Ativo Não Circulante	<u>1.222.942,41</u>	<u>245.287,22</u>
Realizável a Longo Prazo	1.104.014,84	97.775,25
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.104.014,84	97.775,25
Imobilizado	118.927,57	147.511,97
Imobilizado de Uso Próprio	118.927,57	147.511,97
Não Hospitalares / Odontológicos	118.927,57	147.511,97
Total do Ativo	42.799.540,83	43.150.374,64

Balanco Patrimonial Assistencial - Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$)

Descrição	2014	2013
Passivo Circulante	<u>8.259.162,47</u>	<u>7.291.349,69</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<u>7.380.672,52</u>	<u>6.398.653,35</u>
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	83.332,32	131.344,48
Provisões de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	3.103.689,26	2.546.200,12
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	4.193.650,94	3.721.108,75
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	<u>155.478,88</u>	<u>259.045,61</u>
Contraprestações a Restituir	16.054,04	29.305,87
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	139.424,84	229.739,74
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Planos de Saúde da Operadora	4.049,25	7.024,15
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	346.489,06	329.946,30
Débitos Diversos	372.472,76	296.680,28
Passivo Não Circulante	<u>3.057.460,09</u>	<u>1.865.422,39</u>
Provisões	3.057.460,09	1.865.422,39
Provisões Para Ações Judiciais	3.057.460,09	1.865.422,39
Patrimônio Líquido	<u>31.482.918,27</u>	<u>33.993.602,56</u>
Patrimônio Social	31.482.918,27	33.993.602,56
Total do Passivo	42.799.540,83	43.150.374,64

Demonstração do Resultado Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$)

Descrição	2014	2013
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>42.993.074,97</u>	<u>34.811.795,91</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	42.993.074,97	34.811.795,91
Contraprestações Líquidas	42.993.074,97	34.811.795,91
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(33.692.549,43)</u>	<u>(29.872.476,32)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(33.220.007,24)	(28.715.452,77)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(472.542,19)	(1.157.023,55)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>9.300.525,54</u>	<u>4.939.319,59</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	-	-
	85.584,73	2.179,32
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	-	<u>499.851,45</u>
Outras Receitas Operacionais	-	499.851,45
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	<u>(9.836.848,82)</u>	<u>(7.794.909,27)</u>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(9.099.492,70)	(7.040.321,42)
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(672.452,41)	(730.442,99)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(64.903,71)	(24.144,86)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	<u>(39.084,91)</u>	<u>(34.165,60)</u>
Resultado Bruto	<u>(489.823,46)</u>	<u>(2.387.724,51)</u>
	-	-
Despesas Administrativas	<u>(5.828.989,94)</u>	<u>(3.853.183,45)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>3.808.129,11</u>	<u>3.234.388,37</u>
Receitas Financeiras	4.010.288,71	3.244.055,86
Despesas Financeiras	(202.159,60)	(9.667,49)
Resultado Líquido	<u>(2.510.684,29)</u>	<u>(3.006.519,59)</u>
Déficit do Exercício	<u>(2.510.684,29)</u>	<u>(3.006.519,59)</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	37.000.122,15	37.000.122,15
Déficit do Exercício	-3.006.519,59	-3.006.519,59
Saldos em 31 de dezembro de 2013	33.993.602,56	33.993.602,56
Déficit do Exercício	-2.510.684,29	-2.510.684,29
Saldos em 31 de dezembro de 2014	31.482.918,27	31.482.918,27

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$)

Descrição	2014	2013
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	41.978.391,91	34.711.657,93
Resgate de Aplicações Financeiras	21.381.256,07	11.144.140,85
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.797.909,77	2.092.043,49
Outros Recebimentos Operacionais	714.692,00	12.096,58
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(36.291.797,64)	(30.835.868,43)
Pagamento de Pessoal	(2.207.374,70)	-
Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.003.962,95)	(2.440.067,13)
Pagamento de Tributos	(3.495.047,03)	(2.457.264,73)
Pagamento de Promoção / Publicidade	(26.420,46)	-
Aplicações Financeiras	(17.127.468,32)	(7.906.480,30)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.788.384,14)	(3.993.321,00)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>(68.205,49)</u>	<u>326.937,26</u>
Atividades de Investimentos		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(24.077,46)	(160.019,00)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(24.077,46)</u>	<u>(160.019,00)</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>(92.282,95)</u>	<u>166.918,26</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>(92.282,95)</u>	<u>166.918,26</u>
Caixa - Saldo Inicial	193.196,44	26.278,18
Caixa - Saldo Final	100.913,49	193.196,44
Ativos Livres no Início do Período	35.975.460,60	39.843.583,70
Ativos Livres no Final do Período	31.968.992,94	35.975.460,60
Diminuição nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres	<u>(4.006.467,66)</u>	<u>(3.868.123,10)</u>

Demonstração do Resultado Abrangente - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$)

Descrição	2014	2013
Déficit do Exercício	(2.510.684,29)	(3.006.519,59)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(2.510.684,29)	(3.006.519,59)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO ASSISTENCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social como Operadora de Planos de Saúde (OPS) tem seu Plano Assistencial constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001, com posterior registro definitivo em novembro de 2009.

Os patrocinadores do Plano de Saúde são a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

Após o fechamento de vinculação ao Plano B (RJU), em 2007, para os novos servidores da UFV, que queiram ingressar no Plano de Saúde do Agros, estes devem estar vinculados ao Plano Previdenciário denominado Agros CD-01, por meio do Instituidor UFVCredi.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2014 e 2013, a totalidade dos recursos do Plano Assistencial foi aplicada no país e a escrituração das receitas, despesas e das suas rendas obtidas pelas aplicações de seus recursos foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentações das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as normas contidas na Lei 6.404/1976 e alterações e na Lei 9.656/1998, que regulamenta os Planos Privados de Assistência à Saúde; com as normas estabelecidas pela ANS; com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.409/2012, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002.

A contabilidade registra os eventos originados nos controles dos planos de benefícios do Agros, de forma separada, proporcionando demonstrações contábeis segregadas para cada segmento das atividades-fim, ou seja, previdência complementar e assistência à saúde, assim como a atividade de suporte do plano de gestão administrativa, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

2.2. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

2.2.1. Escrituração Contábil

Adota-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrem independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas e contingências passivas, para determinar ajustes em seus ativos e passivos, com efeito nos resultados efetivos. Para valores da atividade assistencial a receber, foi adotado o seguinte critério para as constituições de provisões para perdas sobre créditos: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, ou seja, é lançada nos demonstrativos como possível perda.

2.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. O Agros elaborou os demonstrativos de forma comparativa, com duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

2.2.4. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período, incluindo as aplicações financeiras dos recursos garantidores das reservas técnicas vinculadas à ANS.

2.2.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os “Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição da provisão para adequá-la à evolução da inadimplência.

2.2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos bens, conforme tabela abaixo:

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação (%)
Instalações	10
Máquinas e Equipamentos	10
Equipamentos de Processamento de Eletrônicos de Dados - Hardware	20
Móveis e Utensílios	10
Veículos	20
Ambulância	33,33

A partir do exercício de 2013, a Entidade passou a adquirir, e controlar em separado, os bens de uso exclusivo da atividade do plano de saúde, com recursos próprios do Plano Assistencial. Antes, todos os bens eram de propriedade exclusiva do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Os bens do imobilizado de uso comum nas atividades administrativas do Agros, que são de propriedade do PGA, continuam com o critério de rateio das despesas de depreciação e reposição pelo Plano de Saúde, via taxa administrativa.

2.2.7. Provisão de Eventos a Liquidar

A provisão de eventos a liquidar, constituída por faturas dos prestadores de serviços, reembolso a participantes e ressarcimento Sistema Único de Saúde (SUS), é registrada no Passivo Circulante, em contrapartida às contas de resultado de eventos conhecidos ou avisados.

2.2.8. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A PEONA foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 209/2009, da ANS. Existem ativos em aplicações financeiras para garantia das Provisões Técnicas vinculados à ANS.

No ano de 2013 o Agros teve aprovada a Metodologia própria para cálculo do valor da PEONA, conforme Processo Administrativo nº 070/2013 e Ofício nº 4287/2013/GGAME(GEHA/E)/DIOPE/ANS, de 16/10/2013. Em 2015 o Agros deverá encaminhar à ANS o teste de consistência da metodologia adotada para o cálculo da PEONA. Os valores atuarialmente calculados, bem como a validação da consistência são de responsabilidade da Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. - EPP.

2.2.9. Demais Ativos e Passivos Circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados com valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.2.10. Passivo Não Circulante

O Agros constituiu, em seu plano assistencial, provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

2.2.11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da entidade corresponde aos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço.

3. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA ASSISTENCIAL

Como operadora de planos de saúde, o Agros administra os seguintes produtos:

- a. PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do Agros);
- b. Agros Saúde I com Odontologia;
- c. Agros Saúde I sem Odontologia;
- d. Agros Saúde II com Odontologia;
- e. Agros Saúde II sem Odontologia.

O PAS-UFV é um plano ativo com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

Em 2014 o Agros registrou mais 4 (quatro) novos produtos junto à ANS com o objetivo de realizar a migração de beneficiários lotados ou domiciliados em Rio Paranaíba e Capinópolis, municípios de Minas Gerais, e Brasília, no Distrito Federal. Os novos planos foram registrados com a seguinte denominação:

- a. Agros Saúde III com Odontologia;
- b. Agros Saúde III sem Odontologia;
- c. Agros Saúde IV com Odontologia;
- d. Agros Saúde IV sem Odontologia.

3.1. Custeio

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados Agros Saúde é atendido pelas seguintes fontes de receita:

- a. Contribuições mensais dos Beneficiários Titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus Dependentes Normais e Dependentes Agregados, bem como dos Pensionistas;
- b. Coparticipações dos Beneficiários;
- c. Valores repassados pelas patrocinadoras, destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;
- d. Recursos provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo do Agros (CDE) e definido em atos normativos da entidade;
- e. Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos para o Agros.

Os recursos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c”, denominados Receitas Assistenciais, são obtidos segundo os critérios descritos nos subitens a seguir:

3.1.1. Contribuição dos Beneficiários

Titulares e Dependentes Diretos

O valor da contribuição mensal dos beneficiários titulares e de seus dependentes diretos é definido em função de sua faixa etária, conforme tabela constante no plano de custeio.

Do total das contribuições atribuídas ao titular, em função de seu grupo familiar, subtrai-se o valor referente à contribuição da patrocinadora, conforme previsto na Portaria do MPOG nº 625/2012, calculada em função da faixa salarial do titular e da idade de seus dependentes. Além disso, o valor da contribuição total do titular está limitado a um teto de 7,5% do seu salário de contribuição. Caso haja diferença entre o valor da contribuição e o limite do teto, essa diferença é custeada pelo Fundo Assistencial.

Para servidores ativos e aposentados, o cálculo do teto é feito por grupo familiar; para pensionistas, o cálculo é individual, devido à forma de operacionalização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Dependentes Agregados

A contribuição dos dependentes agregados é determinada em função da faixa etária de cada um, em conformidade com tabelas constantes nos planos de custeio. Os dependentes agregados não possuem direito ao Auxílio Saúde Suplementar e não estão sujeitos ao teto de contribuição.

3.1.2. Contribuição das Patrocinadoras

Patrocinadora UFV

A contribuição da patrocinadora UFV corresponde ao subsídio governamental, concedido exclusivamente aos titulares e seus dependentes diretos, estabelecido com base na tabela definida na Portaria nº 625 do MPOG, de 21 de dezembro de 2012.

A patrocinadora UFV tem um débito com o Instituto oriundo da dotação inicial, em que parte do valor foi atribuída ao Plano de Saúde e está contabilizada em contas a receber, mas sua cobrança está sendo feita por vias judiciais, o que torna o valor sujeito à constituição de provisão para perdas sobre créditos. A destinação destes valores ao Plano Assistencial foi assegurada pela Resolução nº 054/1993 do Conselho de Administração (CAD), que aprovou a constituição do Fundo Assistencial, conforme Nota Técnica STEA: DT.A.2/1657/93/187 da STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda.

Patrocinadora Agros

A contribuição da patrocinadora Agros é determinada segundo os mesmos critérios de cálculo da contribuição da patrocinadora UFV, segundo o plano de custeio, sendo, também, registrado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos participantes vinculados a patrocinadora Agros.

3.1.3. Coparticipação do Beneficiário

Além das contribuições definidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2, os beneficiários dos planos de saúde administrados pelo Agros estão sujeitos a coparticipação nos custos dos procedimentos utilizados, conforme percentuais definidos a seguir:

1. Consultas Médicas: 40% do valor do procedimento para os planos Agros Saúde e 50% para o PAS-UFV.
2. Procedimentos Odontológicos: 40% do valor do procedimento para os planos com cobertura odontológica.
3. Exames: 40% do valor do procedimento, limitado a R\$150,00 por exame.
4. Consultas/Sessões com nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo: 40% do valor do procedimento, até o limite de consultas/sessões previsto no Rol de Procedimentos da ANS e 100% do valor dos procedimentos que excederem o referido limite.
5. Fisioterapia: 40% do valor do procedimento, limitado a R\$ 150,00por procedimento.
6. Acupuntura: 40% do valor do procedimento, limitado a R\$ 150,00por procedimento.
7. Internações Psiquiátricas e por Dependência Química: 30% do valor dos serviços prestados a partir do 31º dia de internação.

3.1.4. Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial, comum a todos os planos assistenciais administrados pelo Agros, foi criado em 1993, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do Agros vigente à época e constituído de acordo com o item 3 da Resolução nº 54/93 do Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Agros, aprovou o estudo atuarial da STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda.

Os Recursos do Fundo Assistencial são destinados à cobertura das seguintes despesas:

- a. Gastos assistenciais relativos aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, e aos participantes fundadores do plano de benefício de natureza previdenciária do Agros, conforme previsto na Nota 2 da Resolução nº 201/2008 do Conselho Deliberativo;
- b. Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 7,5% do salário de contribuição;
- c. Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio governamental, previsto no Plano de custeio, para os aposentados e pensionistas do Plano A;
- d. Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para os Programas para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças instituídos pelo Agros.

3.2. Garantias Financeiras

O Agros está sujeito à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa da ANS nº 209/2009 e alterações, na forma e prazos estabelecidos nos referidos normativos:

- a. Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade, não sendo necessário manter ativos garantidores;

- b. Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a garantir os pagamentos dos eventos que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à operadora. A PEONA é calculada atuarialmente, por metodologia própria, sendo lastreada com ativos garantidores vinculados à ANS;
- c. Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

Para se assegurar de que o Agros está regular em relação às garantias financeiras exigidas pela ANS, trimestralmente a Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. – EPP analisa a situação econômico-financeira do Plano Assistencial, nos aspectos concernentes às garantias financeiras exigidas pela ANS, utilizando de informações de sua base de dados, para emissão de relatório de avaliação.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras do Plano Assistencial incluem os recursos vinculados às provisões técnicas e as aplicações não vinculadas à ANS. Estes recursos destinam-se a garantir os compromissos provisionados pela operadora. Em 31 de dezembro apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Vinculadas a Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	5.824.451,30	3.989.641,78
Não Vinculadas		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	31.868.079,45	35.782.264,16
Total	37.692.530,75	39.771.905,94

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2014	2013
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	2.761.843,81	2.251.833,67
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	1.006.732,76	670.029,38
Total	3.768.576,57	2.921.863,05

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde.

6. PASSIVO CIRCULANTE

Descrição	2014	2013
Passivo Circulante		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
Provisões de Eventos a Liquidar Para o SUS	83.332,32	131.344,48
Provisões de Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores	3.103.689,26	2.546.200,12
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	4.193.650,94	3.721.108,75
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		
Contraprestação a Restituir	16.054,04	29.305,87
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	139.424,84	229.739,74
Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	4.049,25	7.024,15
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	346.489,06	329.946,30
Débitos Diversos	372.472,76	296.680,28
Total	8.259.162,47	7.291.349,69

7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Composição	Saldo 2014	Acréscimos	Saldo 2013
Provisões Judiciais			
Provisões para Ações Tributárias	2.724.631,11	1.176.070,47	1.548.560,64
Provisões para Ações Cíveis	332.828,98	15.967,23	316.861,75
Total	3.057.460,09	1.192.037,70	1.865.422,39

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da gestão assistencial, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Entidade constituído pelos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários, acumulados até a data do balanço, destina-se à cobertura dos gastos da atividade assistencial, relativa aos planos de saúde administrados pela Entidade, na forma do regulamento.

Descrição	2014	Varição (+/-)	2013
Patrimônio Líquido – Fundo Assistencial	31.482.918,27	(2.510.684,29)	33.993.602,56
Saldo	31.482.918,27	(2.510.684,29)	33.993.602,56

9. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Entidade, em atendimento ao que determina o item 20A do Pronunciamento Técnico CPC 03, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a Entidade que usa o método indireto, em relação aos ajustes ao superávit ou déficit do exercício, para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Superávit/Déficit do Exercício	2014	2013
	<u>(2.510.684,29)</u>	<u>(3.006.519,59)</u>
Ajustes para conciliação do déficit do exercício com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	(1.031.359,09)	1.731.922,90
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	982.019,17	1.712.604,77
Depreciações do Imobilizado	49.639,92	19.318,13
Déficit do Exercício Ajustado	(1.479.025,20)	(1.274.596,69)
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	229.966,46	1.652.314,58
Aplicações Financeiras	2.079.375,19	2.121.548,08
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(846.713,52)	(452.183,18)
Bens e Títulos a Receber	(1.371,70)	(7.908,09)
Despesas Antecipadas	4.916,08	(4.446,35)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.006.239,59)	(4.695,88)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	1.180.853,25	(50.780,63)
Débitos de Operações de Assistência Saúde	(103.566,73)	82.821,58
Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. c/Pl. Saúde da Operadora	(2.974,90)	4.892,43
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16.542,76	65.119,83
Provisões para Ações Judiciais	1.192.037,70	30.399,40
Débitos Diversos	78.814,42	(234.013,87)
Caixa Gerado/Utilizado nas Atividades Operacionais	(68.205,49)	326.937,26

10. EVENTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA

A distribuição dos saldos do Quadro Auxiliar de Eventos Médico-Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar, do Documento de Informações Periódicas (DIOPS) do 4º trimestre de 2014 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 1, de 01/11/2013, referente aos planos coletivos empresariais adaptados à Lei nº 9.656/1998, com cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontologia na modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos Médico Hospitalares							
Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais pós Lei							
Assistência Médico-Hospitalar							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	423.187,49	74.076,26	538,41	-	-	-	497.802,16
Rede Contratada	3.432.172,67	5.148.454,16	3.326.589,75	16.373.592,29	1.332.209,09	2.792,68	29.615.810,64
Reembolso	59.071,53	69.325,83	65.988,96	414.723,28	312.845,08	14.400,00	936.354,68
Total	3.914.431,69	5.291.856,25	3.393.117,12	16.788.315,57	1.645.054,17	17.192,68	31.049.967,48

Assistência Odontológica		
	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Contratada	1.853.097,01	1.853.097,01
Reembolso	207.581,82	207.581,82
Total	2.060.678,83	2.060.678,83

11. DETALHAMENTO DOS SALDOS DE CONTAS CONTÁBEIS: OUTROS

Abaixo, o quadro com a composição das contas com denominação "Outros", cujo saldo ultrapassa 10% do respectivo grupo de contas:

Conta	Descrição	Valor	Participação (%)
213	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	259.045,61	100,00
2138	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	139.424,84	53,82
Composição	Serviços de Terceiros	17.809,02	12,77
	Fornecedores	121.615,82	87,23
218	Débitos Diversos	372.472,76	100,00
2188	Outros Débitos a Pagar	364.123,16	97,76
Composição:	Taxa Administrativa - PGA	364.123,16	97,76
33	Outras Receitas Operacionais	85.584,73	100,00
331	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	83.295,16	97,32
Composição	Recuperação de Despesa de Exercícios Anteriores	83.295,16	97,32
44	Outras Despesas Operacionais	9.875.933,73	100,00
4413	Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	9.099.492,70	92,14
Composição:	Confecção de Carteirinhas, Reclamações Judiciais não cobertas em contrato, Taxa Administrativa da Unimed, Remoção de Pacientes, Convênio DSA e Outras Terapias - Material, Medicamentos, Órteses e Próteses autorizadas pelo Conselho Deliberativo, linha do SIAPE, confecção de Guias de Procedimentos Médicos, Auxílio Saúde Suplementar Excedente ao Teto, Auxílio Saúde Suplementar Contribuição Fundo Assistencial, Valores do INSS Patronal sobre Serviços de Terceiros e Cooperativa.	9.099.492,70	92,14
46	Despesas Administrativas	5.828.989,94	100,00
461219019	Outras Despesas: despesa de Auxílio Creche/Babá de Funcionários	60.572,84	1,04
461419019	Outras Despesas: Contribuição da Patrocinadora - Previdenciária	36.165,63	0,62
462119019	Outras Despesas: Demais Serviços de Terceiros Não Classificados em Contas Anteriores	277.799,59	4,77
4681190199	Outras Despesas: despesa de Viagens, diárias não classificadas em Contas anteriores.	168.956,57	2,90

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO ASSISTENCIAL

12.1. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial

As despesas administrativas diretas da administração dos planos de saúde são atribuídas e custeadas pelo Plano Assistencial que faz o pagamento utilizando seus recursos financeiros.

12.2. Despesas Administrativas Comuns a Demais Atividades do Agros

As despesas administrativas do Agros de natureza comum são rateadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), na proporção orçamentária dos centros de custos e nos custeios de cada plano, sendo a cota/parte da Gestão Assistencial custeada pelo Plano Assistencial por meio de reembolso de taxa administrativa.

O estudo das despesas administrativas por centros de custos realizado pelo Agros em 2013, aprovado pela Resolução nº 287/2013 do CDE, implicou em maior impacto nos valores atribuídos ao Plano Assistencial, o que foi previsto no Orçamento Anual do exercício de 2014 e confirmado na realização das despesas, que são registradas na conta 4.6: Despesas Administrativas – Plano Assistencial.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização.

Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2014, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros supervisiona suas atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos. Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos como prática periódica em suas atividades. Algumas ações efetivas foram tomadas no sentido de avaliar, divulgar, conscientizar e planejar melhorias nos controles do Instituto, entre elas: fechamento do terceiro ciclo de avaliação de riscos, em relação a todos os processos levantados, incluindo a etapa de certificação de controles, destacando os principais riscos existentes (Risco de Terceiro, Infraestrutura, Segurança da Informação, Risco de Sistema, Concentração na Terceirização, Fornecedor, Risco de Documentação, Indisponibilidade de Pessoal Especializado, Concepção, Reserva, Fraude, Técnico e Divulgação de Informações) e elaboração de planos de ação para redução desses riscos de forma a tratar novos controles ou promover melhorias e outros controles que devem ser constantemente monitorados.

Viçosa, 31 de dezembro de 2014.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros
Diretor Geral

PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista

Encerramento do exercício de 2014

A avaliação atuarial tem o objetivo de dimensionar o valor das provisões matemáticas e o custo do Plano Previdenciário Celetista, no encerramento do exercício de 2014; estabelecer o custeio do plano para o exercício de 2015, e; elaborar a Demonstração Atuarial (DA), para encaminhamento à PREVIC.

A base de dados de ativos e assistidos refere-se a agosto de 2014. Sobre estas foram aplicados testes de consistências, após o que foram consideradas adequadas.

O Plano Previdenciário Celetista do AGROS está estruturado na modalidade de benefício definido.

A última alteração aprovada do regulamento do Plano Celetista foi pela portaria nº 3.230 de 15 de dezembro de 2009.

O plano de custeio aplicado a partir de janeiro de 2014 foi mantido para o exercício de 2015 e, foi definido de acordo com a seleção dos ativos em dois grupos: o primeiro corresponde aos participantes que ingressaram no Plano em data anterior a 01/01/2006 e o segundo, denominado "Novos Entrados" é constituído pelos participantes com ingresso após esta data. Para o primeiro grupo, o percentual de contribuição sobre o Salário de Participação permaneceu em 0,2%. Aos demais, o percentual a ser aplicado será de 2,5% sobre a totalidade do Salário de Participação, acrescido de 8% sobre o excesso do salário em relação ao teto da Previdência Social.

A ATEST acatou o balancete informado pela Entidade para o Plano Previdenciário Celetista, que registra:

	Valores em R\$	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo	153.873.660,61	151.531.736,22
Exigível	(3.108.541,12)	(2.949.708,78)
Fundos	(10.708.143,22)	(10.025.444,45)
Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas	140.056.976,27	138.556.582,99

De acordo com os resultados apresentados o Plano Previdenciário Celetista encontra-se em boa situação financeira. As provisões matemáticas do Plano Previdenciário Celetista equivalem a R\$ 116.140.247,90. Comparado ao patrimônio



de cobertura do plano informado, resulta em superávit de R\$ 23.916.728,37, equivalente a 20,59% do total de provisões matemáticas, integralmente alocado em reserva de contingência.

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2015.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Atuária MIBA 2211

Ivan Sant'Ana Ermandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social

**Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário
Encerramento do Exercício de 2014**

1

O objetivo da avaliação atuarial é dimensionar o valor das provisões matemáticas e o custo do Plano Previdenciário Estatutário, no encerramento do exercício de 2014; estabelecer o custeio do plano para o exercício de 2015; e, elaborar a Demonstração Atuarial (DA), para encaminhamento à PREVIC.

A base de dados de ativos e assistidos se refere a agosto de 2014, sobre a qual foram aplicados testes de consistências, após o que foi considerada adequada.

Na base de dados dos ativos foram identificadas matrículas com Salários de Participação em valores inferiores aos registrados na base do ano anterior. Em resposta, o AGROS verificou que os registros da base atual estão corretos.

Foram identificados registros de assistidos com valores de benefícios pagos pelo AGROS e pelo RJU inferiores àqueles posicionados em setembro de 2013. A Entidade informou que houve revisões de benefícios que resultou na queda das suplementações.

O Plano Previdenciário Estatutário do AGROS está estruturado na modalidade de benefício definido.

Não houve alteração regulamentar no ano de 2014.

A partir da aprovação da alteração regulamentar em 15/12/2009 o custeio passou a ser definido pelo atuário.

No entanto, com a destinação do superávit em 2010, as contribuições foram reduzidas a 0,2% da folha para participantes ativos e assistidos, com exceção dos filiados a partir de 01/2007, conforme resolução 238/2010, do Conselho Deliberativo. A forma de custeio está mantida para o exercício de 2015.

A ATEST acatou o balancete informado pela Entidade para o Plano Previdenciário Estatutário, que registra:



	Valores em R\$	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo	541.894.172,46	510.021.606,29
Exigíveis	(11.981.522,68)	(11.099.057,55)
Fundos	(59.889.370,37)	(57.316.700,15)
Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas	470.023.279,41	441.605.848,59

2

De acordo com os resultados apresentados, houve um acréscimo de 6,44% no Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas em relação ao exercício anterior.

As provisões matemáticas do Plano Previdenciário Estatutário equivalem a R\$ 327.755.890,72. Comparado ao patrimônio de cobertura do plano informado, resulta em superávit de R\$ 142.267.388,69, constituindo o limite de 25% da Reserva de Contingência no valor de R\$ 81.938.972,68 e compondo em 18,41% a Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 60.328.416,01.

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2015.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Atuária MIBA 2211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

**AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social****Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01****Encerramento do Exercício de 2014**

O objetivo da avaliação atuarial é dimensionar o valor das provisões matemáticas do Plano Instituidor AGROS-CD-01, no encerramento do exercício de 2014 e elaborar a Demonstração Atuarial (DA), para encaminhamento à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A base de dados de ativos refere-se a agosto de 2014, sobre a qual foram aplicados testes de consistência, após o que foi considerada adequada.

O Plano Instituidor AGROS-CD-01 está estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

O Plano Instituidor AGROS-CD-01 foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, através da portaria nº 2.174, de 2 de abril de 2008.

Não houve alteração regulamentar no ano de 2014.

A ATEST acatou o balancete informado pela Entidade para o Plano Instituidor AGROS-CD-01, que registra:

	<i>Valores em R\$</i>	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo	6.326.235,55	4.104.318,82
Exigível	3.003,89	3.803,03
Fundos	0,00	0,00
Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas	6.323.231,66	4.100.515,79

As provisões matemáticas do Plano Instituidor AGROS-CD-01 equivalem a R\$ 6,3 milhões. O plano encontra-se em equilíbrio atuarial, conforme decorre de suas próprias características.

O custeio do Plano AGROS-CD-01 será realizado através de contribuições básicas e eventuais realizadas pelo participante. O valor da contribuição básica será escolhido pelo participante observando o mínimo inicial de R\$ 20,00 (vinte reais) e poderá ser alterado em junho ou dezembro de cada ano. Os Participantes e o Instituidor poderão realizar contribuições eventuais.



De acordo com os resultados apresentados decorrentes de suas próprias características, o Plano Instituidor AGROS-CD-01 encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2015.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Atuária MIBA 2.211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

PARECERES DA AUDITORIA EXTERNA



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

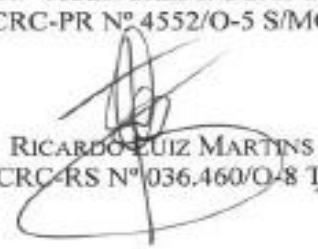
Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 21 de fevereiro de 2014, não conteve modificação.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2015.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis relativas à Gestão Assistencial do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da entidade tomando por modelo as demonstrações contábeis instituídas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, e alterações.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela preparação das demonstrações contábeis, que foram elaboradas de acordo com os modelos de demonstrações contábeis e normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, preparadas com a finalidade específica de atender a Agência Nacional de Saúde Suplementar, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 21 de fevereiro de 2014, não conteve modificação.

Elaboração das Demonstrações Contábeis e Restrição sobre sua Distribuição

As demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar o **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Consequentemente, as demonstrações contábeis podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação da entidade e para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes.

Be-lo Horizonte, 06 de fevereiro de 2015.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG



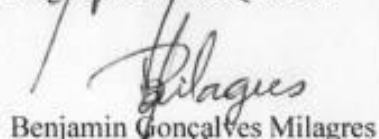
RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: “Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada”; “Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada”; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros-CD-01): “Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada”, “Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios”; “Balanço Patrimonial - Assistencial – Ativo e Passivo”, “Demonstrac o do Resultado – Assistencial”, Demonstrac o das Muta es do Patrimônio Líquido”, Demonstrac o dos Fluxos de Caixa Assistencial, “Demonstrac o do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e Agros CD-01 relativos ao **exercício de 2014**, constantes na presta o de contas da Diretoria Executiva.

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informa es complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Institui o e, ainda, nos Pareceres da Assessoria Atuarial e dos Relatórios e Pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho aprova as contas e demonstra es financeiras acima mencionadas, visto que representam adequadamente a posi o patrimonial e financeira dos planos do Agros em 31 de dezembro de 2014.

Viçosa, 5 de março de 2015.

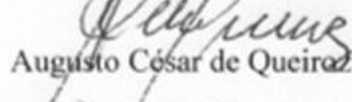
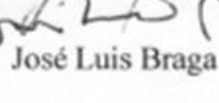
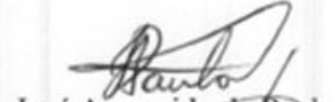
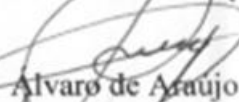
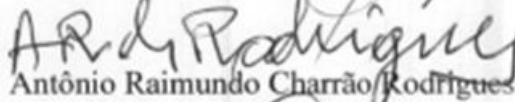
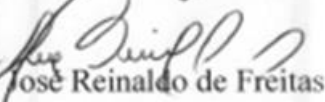

Antonio Joaquim Macabeu
Augusto César de Queiroz
Benjamin Gonçalves Milagres
Fernando L cio Alves da Silva
Nilton Alves Gonz ga
Aloísio de Castro Cardoso
Eduardo Rezende Bercira
Júlio César Fausto da Silva

RESOLUÇÃO N° 305/2015

O Conselho Deliberativo do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: “Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada”; “Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada”; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01): “Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Ativo Líquido”, “Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada”, “Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios”; “Balanço Patrimonial - Assistencial – Ativo e Passivo”, “Demonstrac o do Resultado – Assistencial”, Demonstrac o das Muta es do Patrimônio Líquido”, Demonstrac o dos Fluxos de Caixa Assistencial, “Demonstrac o do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis”, cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e Agros CD-01 relativos ao **exercício de 2014**, bem como demais informa es constantes no **Relatório Anual de Informa es**.

Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Atuarial, dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal da Entidade e análise e considera es deste Colegiado, o Conselho Deliberativo concluiu que as referidas demonstra es contábeis e financeiras refletem adequadamente a posi o patrimonial e financeira do Instituto em **31 de dezembro de 2014**, deliberando por sua aprova o.

Viçosa, 24 de março de 2015.


José J nio de Souza
Evaristo Luciano Rosa
Augusto César de Queiroz
José Luis Braga
José Aparecido de Paula
Alvaro de Araújo
Ant nio Raimundo Charr o Rodrigues
José Reinaldo de Freitas
Guilherme Nacif de Faria

Diretoria Executiva

Nairam Félix de Barros (Diretor Geral)
Gilberto Paixão Rosado (Diretor de Seguridade)
Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)

Conselho Deliberativo

Guilherme Nacif de Faria (Presidente)
Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima
Vanda do Carmo Lucas dos Santos
Julio Cesar dos Reis
José Júlio de Souza
José Aparecido de Paula
Evaristo Luciano Rosa
Álvaro de Araújo
Augusto César de Queiroz
Antônio Raimundo Charrão Rodrigues
José Luis Braga
José Reinaldo de Freitas

Conselho Fiscal

Antônio Joaquim Macabeu (Presidente)
Nilton Alves Gonzaga
Aloísio de Castro Cardoso
Benjamin Gonçalves Milagres
Eduardo Rezende Pereira
Fernando Laércio Alves da Silva
Júlio César Fausto da Silva

Viçosa: Av. Purdue, s/n, campus da UFV
Atendimento presencial: de 8 a 12h e de 13h30min a 18h
Atendimento telefônico: de 7h a 19h
Telefone: (31) 3899-3500

Florestal: Rua Joviano Alves Moreira, n° 04, Centro
Atendimento presencial e telefônico: de 7 a 16h30min
Telefone: (31)3536-2100

Belo Horizonte: Rua Sergipe, n° 1087,
Salas 1004 e 1005, 10° andar, Savassi
Atendimento presencial e telefônico: de 8h a 12h e de 13 a 17h
Telefone: (31)3227-5878

www.agros.org.br